



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

AVISOS IMPORTANTES

INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3

1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

- a) Acessar o painel pregão eletrônico em <https://hospitalcarandai.licitapp.com.br/> ;
- b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página https://hospitalcarandai.licitapp.com.br/novo_usuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema. **OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (fornecedor).**
- c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;
- d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema. **OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção Fornecedor, CNPJ e senha.**

ATENÇÃO

Para **CADASTRAR A PROPOSTA** e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, **PREENCHIDA A PROPOSTA** e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

Havendo dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone 0800-032-1020. Em caso de ligação é importante que o licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.

1. DA LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, sediado à Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, CEP: 36.284-097, Bairro Rosário, Carandaí/MG, neste ato representado pelo Diretor Presidente Sr. José Carlos Teixeira Júnior, nomeado nos termos do Decreto nº 6599/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para Registro de Preços, **na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, que se regerá pelas disposições da Lei Nacional nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 6279/2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2023 e da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO PÚBLICA

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:00 horas do dia 07/12/2024.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:00 horas do dia 18/12/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 18/12/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: <https://hospitalcarandai.licitapp.com.br//>

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira nomeada nos termos da Portaria nº 109/2024 e pela Equipe de Apoio.

Área demandante: Serviço de Nutrição e Dietética – SND da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí.

2.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Pregoeira comunicará através do “chat” sobre a nova data da realização da Sessão.

3. DO OBJETO

3.1 - A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Autarquia, de menor preço por item, para o REGISTRO DE PREÇO, consignados em Ata de Registro de Preço, visando a futura e eventual, **aquisição de Materiais de Construção diversos e Materiais para Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, conforme especificação contida no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

3.2 - Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas na internet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3.3 - A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se a licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.4 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.5 - Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

3.6 - Os proponentes deverão apresentar proposta incluindo a carga tributária, o frete e todas as despesas incidentes, que correrão à conta da licitante.

4. DA CONDUÇÃO DO PREGÃO

4.1 - A Pregoeira nomeada pelo Diretor Presidente da Autarquia para a condução do Pregão terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

4.1.2 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.3 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.4 - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

4.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

- 4.1.7 - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 4.1.8 - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.1.10 - Indicar o vencedor do certame;
- 4.1.11 - Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 4.1.12 - Elaborar a ata da sessão; e
- 4.1.13 - Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

5. DO REGISTRO DE PREÇO

- 5.1 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1 - A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação de MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP ou ainda MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

6.1.1 - Consideram-se Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempresas – ME e Microempreendedores Individuais - MEI, as pessoas jurídicas que se adequem às disposições previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123 de 2006 e Microempreendedor Individual – MEI, aquelas que preencham os requisitos do artigo 18-A da mesma Lei Complementar e suas posteriores alterações.

6.1.2 - Não havendo no mínimo três Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempresas – ME ou Microempreendedores Individuais – MEI em disputa, as empresas que não sejam EPP, ME ou MEI poderão se cadastrar no presente certame e participar da fase de lances, em conformidade com o disposto no Inciso II do Artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.2 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.3 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 - Os licitantes deverão utilizar o sistema SH3 Informática Ltda, para apresentar a documentação de habilitação, ofertar a proposta e enviar seus lances.

6.5 - A participação em licitação, expressamente reservada à Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempresas – ME e Microempreendedores Individuais – MEI, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de

licitar ou contratar com o Município, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais (Acórdão RCU 298/2011 – Plenário), salvo se não comparecerem no mínimo três fornecedores competitivos que enquadrem nestas condições, em conformidade com o disposto do subitem 6.1.2.

6.6 - A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

6.7 - Não cabem aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

6.8 - Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

6.8.1 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo ao Termo/declaração de aceite, a qual declara não existir impedimento para se habilitar na presente licitação e que cumpre todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

6.9 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21, especialmente o artigo 156 da NLL (Nova Lei de Licitações).

6.10 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

6.11 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Autarquia, em nenhum caso, responsável por eles. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

6.12 - Não poderão disputar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

a) Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação. Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).

b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município.

d) Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Nacional nº 14.133/2021.

h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



- h.1)** O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- h.2)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- h.3)** O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- h.4)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Nacional nº 14.133/2021.
- h.5)** A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

6.13 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

6.14 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

6.15 - Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

6.16 - O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.17 - Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Nacional nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

7.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, mesmo local em que foi publicado o Edital na íntegra, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser protocolados na forma eletrônica, em uma das seguintes formas: a) No Sistema do Pregão Eletrônico, através do sistema no site “<https://hospitalcarandai.licitapp.com.br/>”; ou b) Direcionado ao e-mail “licitahmsc@carandai.mg.gov.br”.

7.4 - Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e responder aos pedidos de esclarecimentos feitos a este processo licitatório.

7.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

7.6 - Acolhida à impugnação será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.3 - Não possuem empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 8.3 ou 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.10 - Caberão aos licitantes interessados em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante; e
- d) Descrição detalhada do objeto contratado, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

9.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.9 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9.1 - A proposta que não constar a validade será considerada automaticamente válida por 60 (sessenta) dias.

9.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



9.11 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local/link indicados neste Edital.

10.2 - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

10.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **menor preço unitário do item**.

10.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 - O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05 (cinco centavos)**.

10.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.12.5 - Após o reinício previsto no item supra os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, de acordo com o modo de disputa adotado neste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.14 - No caso de licitação por Menor Preço serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

10.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17 - No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

10.20.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.20.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.21.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nacional nº 14.133/2021, nesta ordem:

10.21.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.21.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.21.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.21.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.21.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.21.2.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.21.2.2 - Empresas brasileiras;

10.21.2.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.21.2.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

10.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.22.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Autarquia.

10.22.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.22.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22.4 - A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.22.5 - É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.23 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, e neste Edital no seu Item 6, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) **Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON**, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) **Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Carandaí.**

11.1.1 - Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3 - Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

11.4 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2023.

11.5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1 - Contiver vícios insanáveis.

11.5.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

11.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

11.5.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Autarquia.

11.5.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Autarquia.

11.6.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput deste Item, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

11.6.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.8 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.9 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.9.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.9.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.10 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.11 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.12 - A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2h (duas horas)**, a contar do momento do comunicado, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12.1 - É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



11.12.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante ou procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de laudos técnicos, catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.14 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.15 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

11.16 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 - Os documentos listados neste Item do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

12.2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.2.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.3 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.3.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e se o Edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

12.4 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.5 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.6 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.7 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.8 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.9 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.9.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.10 - A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.12 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.12.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.13 - Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado.

12.13.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.13.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.14 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

12.14.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.14.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.15 - Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.16 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.17 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.18 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

12.19 - Para fins de habilitação no presente certame, é indispensável a apresentação dos seguintes documentos:

12.19.1 - Quanto à **REGULARIDADE JURÍDICA**, a licitante apresentará:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br; ou
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; ou
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; ou
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; ou
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

12.19.1.1 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.19.2 - Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, apresentará:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- c) **Certidão Negativa de Débito com créditos tributários federais e à dívida ativa da União, incluindo a regularidade com as contribuições previdenciárias**, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) **Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do Estado.
- e) **Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Municipal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva de **Débitos Trabalhistas - TST**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

NOTA 1: Caso sejam apresentadas Certidões sem indicação expressa do prazo de validade, as mesmas não serão aceitas se a data de suas expedições for anterior a 60 (sessenta) dias da data de abertura da sessão contendo documentação e proposta comercial.

12.19.3 - Quanto à **REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA**, apresentará:

a) Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 90 (noventa) dias antes da abertura da sessão.

12.19.3.1 - Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

12.19.4 - Quanto à **REGULARIDADE TÉCNICA**, apresentará:

a) Alvará ou Licença de Funcionamento emitido pelo Departamento de Fazenda Municipal da sede da empresa licitante, ou a prorrogação do mesmo, ou ainda, quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do Alvará ou Licença de Funcionamento, quando for o caso.

Obs.: Em caso de Alvará ou Licença Funcionamento vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, dentro do prazo estabelecido em lei, acompanhada da cópia autenticada do Alvará ou Licença de Funcionamento vencido.

12.19.5 - Quanto às **DECLARAÇÕES**, apresentará:

a) As licitantes deverão apresentar Declaração Unificada, sem excluir qualquer termo do declarado **CONFORME MODELO DO ANEXO V**:

12.20 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.20.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.20.2 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.21 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.22 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.23 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.24 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.25 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.26 - Havendo inabilitação haverá nova verificação pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.27 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTO

13.1 - Havendo dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento exigido neste instrumento, cuja autenticação não se dá por meio eletrônico/site/internet, a Pregoeira poderá **fazer consulta por telefone ao órgão emitente do documento para consulta da regularidade** ou exigir que a licitante apresente o documento em original ou cópia autenticada em cartório, em uma das formas a seguir:

a) Encaminhar o documento em original ou cópia autenticada em cartório, por meio de serviço de entrega (Correios ou outro) no prazo máximo de 02 (dois) úteis, a contar do primeiro dia posterior à data de término da sessão eletrônica. A não postagem da documentação ensejará a inabilitação da empresa licitante e aplicação das penalidades e sanções cabíveis.

b) Encaminhar o documento cópia autenticada digitalmente para o e-mail: licitahmsec@carandai.mg.gov.br por meio de serviço de entrega (Correios ou outro), no prazo máximo de 02 (dois) úteis, a contar do primeiro dia posterior à data de término da sessão eletrônica.

c) Comparecer, no prazo máximo de 02 (dois) úteis, a contar do primeiro dia posterior à data de término da sessão eletrônica, no Setor de Licitações (Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Nossa Senhora do Rosário, Carandaí – MG, CEP: 36.284-097, no Município de Carandaí - MG) portando o documento original, para que o agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, ateste a autenticidade dele.

13.1.1 - O licitante quando se utilizar do serviço de entrega/postagem (Correios ou outro) deverá encaminhar à Autarquia, no prazo estipulado acima, o comprovante de rastreamento e postagem.

13.1.2 - O não cumprimento do prazo estipulado nas alíneas a, b e c, ensejará a inabilitação da empresa licitante e aplicação das penalidades e sanções cabíveis.

13.1.3 - O documento a ser entregue à Autarquia Hospital Municipal Santana de Carandaí deverá ser o original ou cópia autenticada fiel do documento que originou aquele apresentado na sessão eletrônica. Portanto, a tentativa de substituir a documentação apresentada na sessão, ensejará a inabilitação da empresa licitante e aplicação das penalidades e sanções cabíveis.

13.1.4 - A possibilidade de o licitante autenticar seu documento em data posterior ao término da sessão eletrônica, não o isenta da obrigatoriedade de apresentar a documentação exigida no edital.

13.1.5 - A documentação a ser autenticada deverá ser encaminhada para o Setor de Licitação do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado à Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Nossa Senhora do Rosário, CEP: 36.284-097.

14. DOS RECURSOS

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

14.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante observará:

14.3.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo mínimo de **20 (vinte) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.3.3 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Nacional nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4 - A falta de manifestação do licitante na forma do Subitem 14.3.1, quanto à intenção de recorrer, importará a decadência desse direito.

14.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8 - As razões e as contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema ou através do e-mail: **licitahmsc@carandai.mg.gov.br**.

14.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 - A convocação se dará por e-mail e/ou site oficial da Autarquia, pelo endereço <http://hospital.carandai.mg.gov.br/> (aba editais) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta ou cadastro do fornecedor no banco de dados do município, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - Após a adjudicação do seu objeto e a homologação desta licitação, a empresa vencedora assinará a Ata de Registro de Preços, junto à Autarquia Hospital Municipal Santana de Carandaí, que incluirá as condições estabelecidas neste edital, na Minuta da Ata de Registro de Preços e nos demais Anexos, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado.

17.2 - A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação que será enviada através do e-mail: contratoshmsc@gmail.com, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.2.1 - A Ata de Registro de Preços será encaminhada, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante, e poderá ser assinada eletronicamente e encaminhado de volta para o mesmo e-mail.

17.2.2 - A licitante vencedora poderá também imprimir e assinar o instrumento, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Setor de Licitações da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí no endereço Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Nossa Senhora do Rosário, Carandaí – MG, CEP: 36.284-097.

17.2.3 - O prazo constante no item 17.2, poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Autarquia.

17.2.4 - A via do instrumento destinada a Licitante Vencedora, devidamente assinada pela Autarquia, será disponibilizada através de scanner para o e-mail disponibilizado pelo licitante, ou para retirada no Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

17.3 - Ocorrendo o descumprimento previsto no item anterior, a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação.

17.4 - A licitante deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do compromisso.

18. DAS PENALIDADES

18.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

18.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra; ou

18.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.1.5 - Fraudar a licitação.

18.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

18.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

18.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

18.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2 - Com fulcro na Lei Nacional nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1 - Advertência;

18.2.2 - Multa;

18.2.3 - Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

18.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

18.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (sete dias úteis, a contar da comunicação oficial).

18.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1., 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2023.

18.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - O registro de preço independe de previsão orçamentária.

20. DA CONVERSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO

20.1 - Conforme interesse discricionário da Autarquia, a Ata de Registro de Preço poderá ser convertida em contrato, respeitando o saldo de quantitativos.

20.2 - A Conversão se dará com a confecção do CONTRATO ADMINISTRATIVO, conforme minuta que faz parte de Anexo deste Edital.

20.3 - O Fornecedor será convocado terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do Contrato.

20.3.1 - O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico (e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na sessão pública, competindo ao Contratado à impressão e assinatura do instrumento, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da Autarquia, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

20.3.2 - Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo Detentor do Registro de Preço durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Autarquia.

20.3.3 - A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Setor de licitações a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

20.4 - Para a assinatura do contrato, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

21.1 - Fica assegurado à Autarquia Municipal o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

21.2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

21.3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

21.4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

21.5 - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21.7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Diretor Presidente do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí.

22. DA OBRIGAÇÃO DA LICITANTE

22.1 - Caberá à licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

23. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO:

23.1 - Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

25. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

25.1 - As regras sobre o preço e o pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

26.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://hospital.carandai.mg.gov.br/>, podendo ser consultado com o preenchimento dos campos pesquisa no endereço <https://hospitalcarandai.licitapp.com.br/e> também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Nossa Senhora do Rosário, Carandaí – MG, CEP: 36.284-097, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (32) 3361-1481 ou 0800 032 1020 ramal saúde e através do e-mail: licitahmsc@carandai.mg.gov.br

26.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preço.

ANEXO III - Minuta do Contrato Administrativo.

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO V - Declaração Unificada.

Carandaí, 25 de novembro de 2024.

José Carlos Teixeira Junior
Diretor Presidente
Decreto nº 6.599/2024



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

O presente Termo de Referência foi pela Direção desta Autarquia e, segue devidamente assinado por: Anna Flávia Rodrigues de Assis Bertolin. Este servirá de base para todo o procedimento licitatório.

1. DO OBJETO:

1.1 - A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Autarquia, de menor preço por item, para o REGISTRO DE PREÇO, consignados em Ata de Registro de Preço, visando a futura e eventual **aquisição de Materiais de Construção diversos e Materiais para Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO, NATUREZA, VIGÊNCIA, REGISTRO DE PREÇOS/CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

2.1 - Primeiramente compete destacar que a legalidade dos atos é uma condição para o bom andamento dos procedimentos administrativos e, por esta razão, para que a Administração desenvolva de forma eficiente e célere a sua missão de melhor prestação de serviço ao cidadão, garantindo maior proteção no atendimento ao público e ao quadro funcional deste órgão, torna-se necessária a referida contratação.

Na lição de Hely Lopes Meirelles, "Denomina-se motivação a exposição ou a indicação por escrito dos fatos e fundamentos jurídicos do ato (CF. Artigo 50, caput, da Lei 9.784/1999)". O "agente da Administração, ao praticar o ato, fica na obrigação de justificar a existência do motivo, sem o quê o ato será inválido ou, menos invalidável, por ausência de motivação".

Na CF em seu Artigo 196º, aponta a saúde como "dever do Estado", estendendo a noção de dever como ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, o que, indefectivelmente, perpassa por canais de aquisição de bens e/ou materiais para efetivação desta máxima.

Ressaltamos que a aquisição destes itens se faz necessária para recompor, sanar e melhorar, ainda mais, a qualidade dos serviços, garantindo o desempenho das atividades rotineiras nos diversos setores deste nosocômio. Dessa forma, torna-se indispensável e fundamental a aquisição dos itens solicitados.

2.2 - Justifica-se a referida aquisição para atender as demandas de manutenção corretiva e preventiva, seja ela elétrica, civil ou hidráulica, nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, face ao interesse público de conservação dos prédios, viabilizando o funcionamento ininterrupto das atividades hospitalares.

Justifica-se ainda, que, a manutenção predial atende a todos os ambientes da Autarquia, atuando usualmente na correção de danos que envolvam a necessidade de aporte de materiais elétricos, hidráulicos e materiais de construção. Sendo estes materiais imprescindíveis na execução de tais manutenções, de forma a garantir a segurança das pessoas e do patrimônio, e propiciar melhores e adequadas condições de funcionamento.

2.3 - Justifica-se a adoção da licitação pelo Sistema de Registro de Preços, visto que pela natureza do objeto fica evidenciada a necessidade de contratações frequentes, e ainda, trata de itens cuja natureza não possibilita definir previamente o quantitativo exato demandado durante a vigência da ARP. Vale ressaltar também que com o registro de preços, a realização frequente de licitação durante o exercício financeiro é reduzida, não se fazendo necessária a cada demanda, refletindo na redução de custos operacionais, além de proporcionar agilidade e otimização nas contratações públicas, pois a licitação estará realizada, as condições de fornecimento ajustadas, os preços e os fornecedores definidos.

O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o **menor preço por item**.

2.4 - Trata-se de bens comuns a serem contratados na modalidade pregão por terem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, e por conter especificações usuais de mercado sendo realizado na modalidade pregão em sua forma eletrônica, com fulcro no art. 6º, XII da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - O período de vigência da ata: A ARP terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo nº 84 da Lei Nacional 14.133/2021, a contar da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Carandaí, no endereço eletrônico **www.carandai.mg.gov.br**

2.6 - O período de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, ou outro prazo a critério da Autarquia, admitindo a sua prorrogação nos termos da Lei Nacional 14.133/2021, a contar da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Carandaí, no endereço eletrônico **www.carandai.mg.gov.br**

2.7 - A quantidade total estimada Materiais de Construção diversos e Materiais para Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica decorre da solicitação do Setor Requisitante, através do Documento de formalização da demanda – DFD sendo de inteira responsabilidade do Setor Requisitante a justificativa para aquisição (motivação), o descritivo dos itens, bem como os quantitativos.

A equipe de planejamento identificou como **dispensada** a elaboração do Estudo Técnico preliminar – ETP, do Mapa de Risco – MR e da Matriz de Alocação de Risco – MAR, de acordo, respectivamente, com o inciso V do art. 23, o inciso V do art. 35 e o art. 41 do Decreto Municipal nº 6.279/2023.

A demanda em questão é conhecida, repetida e óbvia, pois todos os anos se realizam registro de preço para aquisição de Materiais de manutenção para a Autarquia. Portanto, não foi necessário estudar a melhor solução no mercado para atender a problemática da Administração, pois a solução já é conhecida. O Termo de Referência trará o código genético da contratação, sem a necessidade de estudo preliminar.

2.8 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí está implantando a Lei Nacional nº14.133/2021 a partir de 2024, portanto não foi elaborado o Plano Anual de Contratação para o mesmo, mas a previsão da contratação está plenamente validada com o planejamento da Autarquia.

2.9 - O valor de referência dos serviços foi angariado pelo Setor de Compras e Licitação, com base nos preços praticados no mercado e em outros órgãos públicos.

3. DO OBJETO, QUANTIDADE ESTIMADA E ESTIMATIVA DA DESPESA:

3.1 - A planilha de preços deverá ser apresentada, baseando-se neste termo de referência:

Item	Unidade	Quant.	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
1.	Unidade	40	Lâmpada de Led Tubular, potência de 18W, fluxo luminoso de aproximadamente 1600LM; 1200 mm de comprimento, base g13, com driver incorporado, vida útil mediana de 35.000 horas. Fabricada conforme normas NBR/ABNT e INMETRO NBR IEC 62560, com certificação compulsória do INMETRO.	R\$ 23,89	R\$ 955,60
2.	Unidade	50	Lâmpada de Led Compacta, potência de 7W, fluxo luminoso de aproximadamente 2100 LM; com corpo em policarbonato, bulbo A80, tensão de 100 a 240V, vida útil mediana de 25.000 horas, branco frio, fabricada conforme normas NBR/ABNT e INMETRO NBR IEC 62560, com certificação compulsória do INMETRO.	R\$ 15,43	R\$ 771,50
3.	Unidade	20	Lâmpada fluorescente para Fototerapia, aplicação Icterícia, Bilirrubina, entre outras.000000 Modelo: TL 20W/52.	R\$ 234,91	R\$ 4.698,20



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



4.	Unidade	10	Luminária de emergência recarregável, bivolt, com aproximadamente 30 LED. Liga automaticamente quando há falta de energia, na cor branca. Bateria de lítio. Potência aproximada de 2W por Led, fluxo luminoso mínimo aproximado de 100 Lumens, temperatura de cor branco frio 6000K, autonomia mínima de 3 horas em fluxo máximo. Medidas aproximadas de 5 x 20 x 3 cm (largura x comprimento x altura).	R\$ 23,76	R\$237,60
5.	Unidade	50	Lâmpada Para Foco Cirúrgico H1 - 12V - 55W. Modelo: STANDARD. Designação: H1-12258-C1. Modelo de lâmpadas: H1.Base: P14,5s.	R\$ 53,53	R\$ 2.676,50
6.	Unidade	50	Lâmpada Para Foco Cirúrgico H3 - 12V - 55W. Modelo: STANDARD. Designação: H3-12336-C1 Modelo de lâmpadas: H3 Base: PK22s.	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
7.	Unidade	20	Plafonier 1 (uma) Lâmpada. Plafonier estilo básico. Formato Redondo. Na cor branca. Material Termoplástico. Acompanha Soquete de porcelana E27. Bivolt.	R\$ 7,61	R\$ 152,20
8.	Unidade	20	Interruptor 1 (uma) Tecla Simples Com Espelho. Interruptor simples de uma tecla, para instalações elétricas, fixadas por parafuso em caixa de embutir 4x2", com placa espelho, capacidade elétrica 10A-250CA tecla produzida em poliamida, placa de polímero poliestireno, mecanismo produzido em termoplástico com contatos elétricos em liga de cobre e prata e parafuso com rosca soberba resistente a corrosão. Embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO e conforme norma ABNT NBR NM 60669. Na cor Branca.	R\$ 10,52	R\$ 210,40
9.	Unidade	10	Interruptor 2 (duas) Teclas Simples Com Espelho. Interruptor simples de 2 teclas, para instalações elétricas, fixadas por parafuso em caixa de embutir 4x2", com placa espelho, capacidade elétrica 10A-250CA tecla produzida em poliamida, placa de polímero poliestireno, mecanismo produzido em termoplástico com contatos elétricos em liga de cobre e prata e parafuso com rosca soberba resistente a corrosão. Embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO e conforme norma ABNT NBR NM 60669. Na cor Branca.	R\$ 14,27	R\$ 142,70
10.	Unidade	5	Interruptor 3 (três) Tecla Simples Com Espelho. Interruptor simples de 3 teclas, para instalações elétricas, fixadas por parafuso em caixa de embutir 4x2", com placa espelho, capacidade elétrica 10A-250CA tecla produzida em poliamida, placa de polímero poliestireno, mecanismo produzido em termoplástico com contatos elétricos em liga de cobre e prata e parafuso com rosca soberba resistente a corrosão. Embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO e conforme norma ABNT NBR NM 60669. Na cor Branca.	R\$ 21,00	R\$ 105,00
11.	Unidade	20	Interruptor Paralelo 10A - 1 (uma) Tecla + Tomada 10A. Interruptor elétrico com placa em poliestireno de alto	R\$ 43,62	R\$ 872,40



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



			impacto, fixado por parafusos, bipolar paralelo, com uma tecla, na cor branca, 4x2", com corrente nominal 10A, tensão nominal 250 VCA, embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO NBR 60669-1.		
12.	Unidade	10	Interruptor Paralelo 10A - 2 (duas) Teclas + Tomada 10A. Interruptor elétrico com placa em poliestireno de alto impacto, fixado por parafusos, bipolar paralelo, com duas teclas, na cor branca, 4x2", com corrente nominal 10A, tensão nominal 250 VCA, embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO NBR 60669-1.	R\$ 49,03	R\$ 490,30
13.	Unidade	30	Tomada 2P+T Com Placa Espelho 20A. Tomada elétrica de termoplástico auto extingüível, padrão novo, com capacidade elétrica 20A-250V, embalado individualmente, e suas condições deverão estar de acordo com exigências da norma NBR/ABNT 14136.	R\$ 18,39	R\$ 551,70
14.	Unidade	10	Tomada 2P+T Com Placa Espelho 10A. Tomada elétrica de termoplástico auto extingüível, padrão novo, com capacidade elétrica 10A-250V, embalado individualmente, e suas condições deverão estar de acordo com exigências da norma NBR/ABNT 14136.	R\$ 17,02	R\$ 170,20
15.	Unidade	20	Tomada Elétrica Dupla Padrão 2P+T Distanciadas, Com Placa Espelho 20A. Tomada 2p+t dupla para instalação elétrica, fixada por meio de parafuso em caixa de embutir 4x2" com placa espelho, capacidade elétrica 20A-250V, corpo produzido em termoplástico com contatos elétricos em liga de cobre e prata, placa de polímero poliestireno e parafuso com rosca soberba resistente a corrosão, embalado individualmente, com certificação compulsória do INMETRO conforme norma ABNT NBR14136	R\$ 25,73	R\$ 514,60
16.	Unidade	20	Espelho Cego. Espelho para tomadas e interruptores, fabricado em termoplástico, tampa cega, nas dimensões 4x2" na cor branca, acondicionado individualmente. Em conformidade ABNT NBR NM 60669-1 e NBR NM 60884-1.	R\$ 15,81	R\$ 316,20
17.	Unidade	10	Ducha 127V-5500W. Com três temperaturas, jato multidirecional e grande espalhador. Material plástico de engenharia e ligas de metal. Componentes inclusos: Mangueira, ducha manual e suporte para ducha manual. Marca de referência igual ou superior a LORENZETTI.	R\$ 94,63	R\$ 946,30
18.	Unidade	15	Resistência Para Ducha 127V-5500W. Resistência compatível com as duchas adquiridas no item 17, que seja, Ducha 127V-5500W. Com três temperaturas, jato multidirecional e grande espalhador. Material plástico de engenharia e ligas de metal. Componentes inclusos: Mangueira, ducha manual e suporte para ducha manual. Marca de referência igual ou superior a LORENZETTI.	R\$ 51,59	R\$ 773,85
19.	Unidade	10	Ducha 220V-5500W. Com três temperaturas, jato multidirecional e grande espalhador. Material plástico de engenharia e ligas de metal. Componentes inclusos: Mangueira, ducha manual e suporte para ducha manual. Marca de referência igual ou superior a LORENZETTI.	R\$ 152,64	R\$ 1526,40



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



20.	Unidade	10	Resistência Para Ducha 220V-5500W. Resistência compatível com as duchas adquiridas no item 19, que seja, Ducha 220V-5500W. Com três temperaturas, jato multidirecional e grande espalhador. Material plástico de engenharia e ligas de metal. Componentes inclusos: Mangueira, ducha manual e suporte para ducha manual. Marca de referência igual ou superior a LORENZETTI.	R\$ 52,00	R\$ 520,00
21.	Unidade	20	Resistência Para Ducha Lorenzetti 127V-5500W. Resistência compatível com os produtos Max Ducha 127V 5500W.	R\$ 49,46	R\$ 989,20
22.	Unidade	10	Resistência Para Ducha Lorenzetti 220V-5500W. Resistência compatível com os produtos Max Ducha 220V 5500W.	R\$ 52,00	R\$ 520,00
23.	Unidade	10	Resistência Para Ducha Sintex 220V-5500W. Resistência compatível com os produtos Sintex Nova Ducha de 3 temperaturas 220V 5500W.	R\$ 52,00	R\$ 520,00
24.	Unidade	2	Torneira Elétrica Modelo Bica Móvel Alta – 110V. Aproximadamente 4800W. Torneira tipo elétrica, modelo bica móvel alta, para instalação em parede. Com três temperaturas e registro abre fácil. Marca de referência igual ou superior a FAME.	R\$ 167,59	R\$335,18
25.	Unidade	6	Resistência compatível com as torneiras elétricas adquiridas no item 24, que seja, Torneira Elétrica Modelo Bica Móvel Alta – 110V. Aproximadamente 4800W. Torneira tipo elétrica, modelo bica móvel alta, para instalação em parede. Com três temperaturas e registro abre fácil. Marca de referência igual ou superior a FAME.	R\$ 39,73	R\$ 238,38
26.	Unidade	20	Fita Isolante, rolo 20m. Fita isolante para instalação elétrica em até 750V. Dimensões aproximadas: 19mm x 20m. Espessura aproximada de 0,15mm. Material: Filme de PVC, Antichama.	R\$ 12,29	R\$ 245,80
27.	Unidade	10	Fita Isolante De Alta Fusão, rolo 10m. Fita isolante a base de borracha EPR para isolação em emendas de cabos elétricos em tensões de até 69KV, e isolamento contra penetração de umidade em cabos elétricos. Alta aderência e vedação. Dimensões aproximadas: 19mm x 0,76mm x 10m. Classe de temperatura aproximada: 90°C.	R\$ 37,81	R\$ 378,10
28.	Metro	100	Cabo Flexível 16mm². Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 16mm², isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas abnt nbr nm 280, abnt nm 247-3, para utilização conforme norma abnt nbr5410.	R\$ 19,10	R\$ 1.910,00
29.	Metro	100	Cabo Flexível 10mm². Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 10mm², isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO,	R\$ 16,84	R\$ 1.684,00



			selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas abnt nbr nm 280, abnt nm 247-3, para utilização conforme norma abnt nbr5410.		
30.	Metro	100	Cabo Flexível 6mm ² . Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 6mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NM 247-3, para utilização conforme norma ABNT NBR5410.	R\$ 14,63	R\$ 1.463,00
31.	Metro	100	Cabo Flexível 4mm ² . Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 4mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NM 247-3, para utilização conforme norma ABNT NBR5410.	R\$ 12,21	R\$ 1.221,00
32.	Metro	100	Cabo Flexível 2,5mm ² . Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 2,5mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NM 247-3, para utilização conforme norma ABNT NBR5410.	R\$ 10,30	R\$ 1.030,00
33.	Metro	100	Cabo Flexível 1,5mm ² . Cabo elétrico isolado, formado por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com seção de 1,5mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, antichama BWF, tensão de isolamento 700V, cor a escolher, com certificação compulsória do INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NM 247-3, para utilização conforme norma ABNT NBR5410.	R\$ 8,74	R\$ 874,00
34.	Metro	100	Cabo Paralelo 2X1,5 mm ² . Cordão paralelo constituído por dois cabos elétricos isolados, formados por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com área de seção 1,5mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, tensão de isolamento 300V, na cor branca, com certificação compulsória INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NBR 247-5.	R\$ 9,94	R\$ 994,00
35.	Metro	100	Cabo Paralelo 2X2,5 mm ² . Cordão paralelo constituído por dois cabos elétricos isolados, formados por fios de cobre eletrolítico nú, têmpora mole, encordoamento classe 4 ou 5, com área de seção 2,5mm ² , isolamento extrudado em termoplástico de PVC, tensão de isolamento 300V, na cor branca, com certificação	R\$ 10,29	R\$ 1.029,00



			compulsória INMETRO, selo de qualidade ISO 9001 e construção conforme normas ABNT NBR NM 280, ABNT NBR 247-5.		
36.	Metro	500	Cabo De Rede UTP Cat5e Blindado.	R\$ 9,12	R\$ 4.560,00
37.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Anel Para Cabo de 1,5mm². Terminal tipo anel, para cabos elétricos de 1,5mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 1,31	R\$ 65,50
38.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Anel Para Cabo de 2,5mm². Terminal tipo anel, para cabos elétricos de 2,5mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,30	R\$ 115,00
39.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Anel Para Cabo de 6mm². Terminal tipo anel, para cabos elétricos de 6mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,45	R\$ 122,50
40.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Pinos Para Cabo de 1,5mm². Terminal tipo pinos, para cabos elétricos de 1,5mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,24	R\$ 112,00
41.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Pinos Para Cabo de 2,5mm². Terminal tipo pinos, para cabos elétricos de 2,5mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,28	R\$ 114,00
42.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Pinos Para Cabo de 6mm². Terminal tipo pinos, para cabos elétricos de 6mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,25	R\$ 112,50
43.	Unidade	50	Terminal Elétrico Tipo Pinos Para Cabo de 10mm². Terminal tipo pinos, para cabos elétricos de 10mm². Material: cobre eletrolítico, estanhado eletroliticamente. Alta condutividade. Isolamento de PVC rígido com retardamento de chama. Temperatura de trabalho aproximada: -40 °C + 90 °C.	R\$ 2,52	R\$ 126,00
44.	Unidade	20	Plugue Macho Bipolar 2P+T 20A. Plugue desmontável 2P+T, junção macho, 20A, 250VCA, corpo em termoplástico antichama e contatos em liga de cobre com certificação compulsória do INMETRO e fabricado conforme norma ABNT NBR14136.	R\$ 14,67	R\$ 293,40
45.	Unidade	20	Plugue Macho Bipolar 2P+T 10A. Plugue desmontável 2P+T, junção macho, 10A, 250VCA, corpo em termoplástico antichama e contatos em liga de cobre	R\$ 12,39	R\$ 247,80



			com certificação compulsória do INMETRO e fabricado conforme norma ABNT NBR14136.		
46.	Unidade	20	Plugue Fêmea Bipolar 2P+T 20A. Plugue desmontável 2P+T, junção fêmea, 20A, 250VCA, corpo em termoplástico antichama e contatos em liga de cobre com certificação compulsória do INMETRO e fabricado conforme norma ABNT NBR14136.	R\$ 14,46	R\$ 289,20
47.	Unidade	20	Plugue Fêmea Bipolar 2P+T 10A. Plugue desmontável 2P+T, junção fêmea, 10A, 250VCA, corpo em termoplástico antichama e contatos em liga de cobre com certificação compulsória do INMETRO e fabricado conforme norma ABNT NBR14136.	R\$ 12,23	R\$ 244,60
48.	Unidade	20	Adaptador Elétrico Benjamim - T Universal 10A. Adaptador elétrico modelo T universal 10A.	R\$ 11,43	R\$ 228,60
49.	Unidade	20	Adaptador Elétrico Benjamim - T Universal 20A. Adaptador elétrico modelo T universal 20A.	R\$ 13,59	R\$ 271,80
50.	Unidade	10	Adaptador Elétrico De Tomada, Modelo Bob Esponja Com Entrada De 10A e 20A. Compatível com padrão novo e antigo de tomada. Adaptador de 3 para 2 pinos.	R\$ 15,60	R\$156,00
51.	Unidade	1	Multímetro Profissional Digital. Multímetro Digital portátil, com display de 3 ¾ ou 3 5/6 dígitos com iluminação. Congelamento de leitura, indicação de bateria fraca, indicação de sobre-faixa (OL) e desligamento automático. Deverá realizar medidas de tensão DC e AC, corrente DC e AC, resistência, capacitância, frequência, duty cycle, temperatura e testes de diodo e continuidade.	R\$ 394,09	R\$ 394,09
52.	Unidade	2	Ponta De Prova Para Multímetro, compatível com o multímetro adquirido no item 51, que seja, Multímetro Profissional Digital. Multímetro Digital portátil, com display de 3 ¾ ou 3 5/6 dígitos com iluminação. Congelamento de leitura, indicação de bateria fraca, indicação de sobre-faixa (OL) e desligamento automático. Deverá realizar medidas de tensão DC e AC, corrente DC e AC, resistência, capacitância, frequência, duty cycle, temperatura e testes de diodo e continuidade.	R\$ 35,06	R\$ 70,12
53.	Unidade	10	Relé Foto-Eletrônico Sem Base. Relé foto-eletrônico para comando automático de iluminação, corpo em policarbonato com proteção UV, fechamento da cobertura entre e contato através de parafuso, com vida útil de aproximadamente 15.000 operações, 6 à 15 lux para ligar, tensão de operação bivolt, 5° à 50°C, máxima potência de comando, 1000w ou 1800va, contatos em latão estanhado. Certificação compulsória do INMETRO e conforme norma ABNT NBR 5123.	R\$ 54,22	R\$ 542,20
54.	Unidade	2	Campainha Musical "DING DONG" Com Fio 110V.Cobertura aproximada: 30 metros em área livre.Cor Branca.	R\$ 64,83	R\$ 129,66
55.	Unidade	10	Conjunto Pulsador - Campainha Com Placa 4X2. Cor: Branco	R\$ 12,81	R\$ 128,10
56.	Unidade	5	Campainha Sem Fio. Campainha com tecnologia que dispensa o uso de fios, com bateria inclusa. DESCRIÇÃO: Material de qualidade, resistente ao	R\$ 115,62	R\$ 578,10



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



			clima. Alcance mínimo de 50 metros. Led indicativo, que sinalize quando o dispositivo é acionado. Toques personalizados e volume ajustável. Fonte de alimentação via tomada (Bivolt: 110v/220v). Cor: Branca.		
57.	Unidade	10	Disjuntor Monofásico 40 A. Mini-disjuntor monofásico, padrão DIN, corrente nominal 40A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 23,15	R\$ 231,50
58.	Unidade	10	Disjuntor Monofásico 20 A. Mini-disjuntor monofásico, padrão DIN, corrente nominal 20A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 20,88	R\$ 208,80
59.	Unidade	10	Disjuntor Bifásico 10A. Mini-disjuntor bifásico, padrão DIN, corrente nominal 10A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 40,40	R\$ 404,00
60.	Unidade	5	Disjuntor Bifásico 25A. Mini-disjuntor bifásico, padrão DIN, corrente nominal 25A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 60,63	R\$ 303,15
61.	Unidade	5	Disjuntor Bifásico 32A. Mini-disjuntor bifásico, padrão DIN, corrente nominal 32A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 60,85	R\$ 304,25
62.	Unidade	5	Disjuntor Bifásico 50A. Mini-disjuntor bifásico, padrão DIN, corrente nominal 50A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 75,73	R\$ 378,65
63.	Unidade	10	Disjuntor Bifásico 63A. Mini-disjuntor bifásico, padrão DIN, corrente nominal 63A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 51,95	R\$ 519,50
64.	Unidade	2	Disjuntor Trifásico 16A. Mini-disjuntor trifásico, padrão DIN, corrente nominal 16A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 83,04	R\$ 166,08



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



65.	Unidade	2	Disjuntor Trifásico 32A. Mini-disjuntor trifásico, padrão DIN, corrente nominal 32A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 82,08	R\$ 164,16
66.	Unidade	2	Disjuntor Trifásico 63A. Mini-disjuntor trifásico, padrão DIN, corrente nominal 63A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 87,43	R\$ 174,86
67.	Unidade	2	Disjuntor Trifásico 80A. Mini-disjuntor trifásico, padrão DIN, corrente nominal 80A, curva C, capacidade de interrupção de curto-circuito (ICC) 5 kv em 250/440 v, com certificação compulsória do INMETRO e construído conforme normas ABNT NBR NM 60898, ABNT IEC60947-2.	R\$ 174,26	R\$ 348,52
68.	Unidade	2	Chave Contator 18A. Chave contator de potência tripolar, corrente 18A em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22. 2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE.	R\$ 180,93	R\$ 361,86
69.	Unidade	2	Chave Contator 32A. Chave contator de potência tripolar, corrente 32A em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22.2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE.	R\$ 182,21	R\$ 364,42
70.	Unidade	2	Chave Contator 38A. Chave contator de potência tripolar, corrente 38A em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22.2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE.	R\$ 176,33	R\$ 352,66
71.	Unidade	5	Chave Contator 65A. Chave contator de potência tripolar, corrente 65a em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22.2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE.	R\$ 219,74	R\$ 1.098,70
72.	Unidade	2	Chave Contator 80A. Chave contator de potência tripolar, corrente 80A em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22.2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE.	R\$ 369,76	R\$ 739,52



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



73.	Unidade	2	Chave Contator 95A. Chave contator de potência tripolar, corrente 95A em AC-3, montagem em trilho DIN 35, bobina em 220 v/60hz, com montagem frontal de blocos e/ou contatos auxiliares, conexão dos terminais por parafusos conforme normas UL 508, CSA C22.2 14, ABNT NBR IEC60947-4-1 e certificação/homologação UL, CE. Marca de referência igual ou superior a WEG CWM 95A.	R\$ 271,99	R\$ 543,98
74.	Unidade	2	Caixa de Passagem Elétrica 30x30 para Sobrepor em PVC Antichama. Desenvolvida para instalação em sobrepor, indicada para montagem de equipamentos elétricos, passagem e comando. Conforme Norma NBR IEC60670-1. Medida aproximada: 30cm x 30cm. Cor: Branco.	R\$ 153,78	R\$ 307,56
75.	Unidade	2	Caixa de Passagem Elétrica 10x10 para Sobrepor em PVC Antichama. Desenvolvida para instalação em sobrepor, indicada para montagem de equipamentos elétricos, passagem e comando. Conforme Norma NBR IEC60670-1. Medida aproximada: 10cm x 10cm. Cor: Branco.	R\$ 40,01	R\$ 80,02
76.	Unidade	2	Chave De Teste com ponta fenda 1/8 x 3". Indicada para testar polaridade em rede elétrica. Com haste em aço especial temperado. Acabamento niquelado. Circuito elétrico ativado através de botão na extremidade do cabo. Lâmpada de neon. Cabos injetados com material de alta resistência. Ferramenta produzida e testada conforme normas específicas.	R\$ 19,65	R\$ 39,30
77.	Unidade	3	Termostato para Forno Elétrico ROMA, Modelo FERI90. 30 Amperes, variação de temperatura entre 50°C e 300°C.	R\$ 336,67	R\$ 1.010,01
78.	Rolo	5	Abraçadeira de Velcro Preta. Abraçadeira e fita organizadora dupla face com velcro. Dimensões aproximadas: 3.00 metros de comprimento x 20 milímetros de largura. Usada para organizar cabos de informática em redes de cabeamento estruturado. Fitas ajustáveis e resistentes, reutilizáveis e projetadas para uso em ambientes internos e externos.	R\$ 29,10	R\$ 145,50
79.	Pacote	2	Abraçadeira de Nylon. Abraçadeira de fixação, fabricada em nylon, serrilhada para travamento, com diâmetro de 4,8mm x 200mm; pacote com 100 unidades. Confeccionados conforme NBR 5426.	R\$ 35,00	R\$ 70,00
80.	Unidade	30	Canaleta Externa com Fita Dupla Face - Sistema X. Canaleta aparente de PVC para parede, dimensões aproximadas de 20mm x 12mm x 2m (lxaxc) com duas divisões internas, com adesivo dupla face, cor branca, formato retangular. Fabricação conforme normas ABNT NBR IEC 61084-2-1 e ABNT NBR IEC 60529.	R\$ 19,16	R\$ 574,80
81.	Unidade	30	Tomada Padrão 2P+T 20A Externa - Sistema X. Tomada elétrica de sobrepor padrão 3 pinos com caixa kit com uma tomada 2P+T para instalação aparente, capacidade elétrica 20A 250V, corpo produzido em termoplástico com contatos elétricos em liga de cobre e prata, placa de polímero poliestireno e parafuso com rosca soberba resistente a corrosão. Acompanha caixa	R\$ 25,50	R\$ 765,00



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



			de sobrepor e tomada formando única peça, embalado individualmente, com certificação do INMETRO, conforme norma ABNT NBR14136.		
82.	Unidade	5	Interruptor 1 (uma) Tecla Simples, com Caixa De Sobrepor - Externa - Sistema X.Cor: Branco.	R\$ 13,20	R\$ 66,00
83.	Unidade	30	Cotovelo Externo para Canaleta Adesiva - Sistema X 20x10	R\$ 2,01	R\$ 60,30
84.	Unidade	30	Cotovelo Interno para Canaleta Adesiva - Sistema X 20x10	R\$ 2,10	R\$ 63,00
85.	Unidade	50	Cotovelo 90° para Canaleta Adesiva - Sistema X 20x10	R\$ 3,80	R\$ 190,00
86.	Unidade	50	Luva Para Canaleta Adesiva - Sistema X 20x10	R\$ 2,71	R\$ 135,50
87.	Unidade	50	Derivação Em T para Canaleta Adesiva - Sistema X 20x10	R\$ 1,57	R\$ 78,50
88.	Unidade	100	Tomada 1x RJ45 Rede Sistema X Com Caixa De Sobrepor Externa	R\$ 31,43	R\$ 3143,00
89.	Unidade	20	Tomada Padrão para Telefone Sistema X	R\$ 28,69	R\$ 573,80
90.	Unidade	50	Caixa Externa Padrão Sistema X	R\$ 23,07	R\$ 1153,50
91.	Unidade	100	Tubo Leve Turbo PVC Rígido ¾ - Eletroduto - Cor branco	R\$ 24,15	R\$ 2415,00
92.	Unidade	100	Cotovelo 90° ¾ para Eletroduto - Cor branco	R\$ 7,56	R\$ 756,00
93.	Unidade	300	Abraçadeira ¾ para Eletroduto - Cor branco	R\$ 2,64	R\$ 792,00
94.	Unidade	50	Caixa LPG ¾ para Eletroduto - Cor branco	R\$ 17,69	R\$ 884,50
95.	Unidade	1	Parafusadeira/Furadeira Com Impacto 18V de LI-ÍON + Kit de Acessórios. 2 (dois) ajustes de velocidade. Com bateria recarregável de 18V e carregador. Ideal para serviços leves e pesados, garantindo qualidade e precisão. Acompanha mandril. Kit composto por aproximadamente: 12 Bits Tork: T6, T7, T8, T9, T10, T15, T20, T25, T27, T30, T35 e T40. 6 Bits Pozidriv: PZ0, (2) PZ1, (2) PZ2 e PZ3 .6 Bits Phillips: PH0, (2) PH1, (2) PH2 e PH3. 12 Bits Fenda: (2) 3, (2) 4, (2) 5, (2) 5.5, (2) 6, (2) 6.5 e (2) 7 mm.12 Bits Allen: 3.5, 4, 4.5, 5, (2) 5.5, (2) 6, (2) 6.5 e (2) 7 mm.2 Bits Escariador.8 Brocas para concreto: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 mm.16 Brocas para metal: 1.5, 2, 3, 3.5, 4, 4.5, 6, 6.5, 7, 7.5, 8, 8.5, 9 e 10 mm.	R\$ 1.090,60	R\$ 1.090,60
96.	Unidade	1	CHAVE PHILIPS com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio cromado e ponta magnetizada - Medida ¼ x 4”.	R\$ 16,83	R\$ 16,83
97.	Unidade	1	CHAVE PHILIPS com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio cromado e ponta magnetizada - Medida 3/16 x 6”	R\$ 20,27	R\$ 20,27
98.	Unidade	1	CHAVE PHILIPS com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio cromado e ponta magnetizada - Medida 3/8 x 8”	R\$ 22,11	R\$ 22,11
99.	Unidade	1	CHAVE FENDA com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio e ponta magnetizada - Medida 1/8x2”	R\$ 12,06	R\$ 12,06
100.	Unidade	1	CHAVE FENDA com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio e ponta magnetizada - Medida 3/16 x 1. 1/2”	R\$ 13,23	R\$ 13,23



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



101.	Unidade	1	CHAVE FENDA com cabo em polipropileno, haste fabricada em aço cromo vanádio e ponta magnetizada - Medida 1/4 x 10"	R\$ 16,68	R\$ 16,68
102.	Unidade	1	Alicate Universal Profissional - Eletricista de 8" com cabo isolado. Tipo bico redondo longo, dentes finos, e aparador para corte de fio; medindo de comprimento 8", cabo isolado até 1000 v, fabricado em aço cromo vanádio. Isolado segundo norma NBR 9699. Segundo (NR 10).	R\$ 83,57	R\$ 83,57
103.	Unidade	2	Alicate de Corte Diagonal de 6" isolado. Corpo forjado em aço especial e temperado, acabamento fosfatizado, cabeça e articulação lixadas, têmpera especial no gume de corte e mandíbulas, produto em conformidade com a NBR 9699 e NR10.	R\$ 46,23	R\$ 92,46
104.	Unidade	1	Alicate de Bico Reto de 6" (seis polegadas) em metal com cabo emborrachado.	R\$ 40,67	R\$ 40,67
105.	Unidade	1	Alicate de Pressão 10" (dez polegadas) em aço cromo vanádio e acabamento polido. Com parafuso para ajuste de abertura dos mordentes e gatilho de liberação de fácil acionamento.	R\$ 54,52	R\$ 54,52
106.	Unidade	1	Alicate Bomba D'água 10". Alicate para uso geral tipo bomba, bico curvo, medindo 10", em aço cromo-vanádio, acabamento fosfatizado, cabos plastificados.	R\$ 86,66	R\$ 86,66
107.	Unidade	20	Fechadura Interna, Material Caixa Aço Zincado. Material da tampa: Aço cromado. Material da lingueta: Aço cromado. Material do trinco: Aço cromado.	R\$ 79,35	R\$ 1.587,00
108.	Unidade	10	Fechadura para Porta Externa Inox Polido. Maçaneta reta Cor: Inox polido. Tipo: Manual.	R\$ 139,52	R\$ 1.395,20
109.	Unidade	10	Fechadura, Aço Cromado, Externa Com Cilindro e Maçaneta Tipo L, 2 (duas) chaves em latão niquelado, nacional, 45mm.	R\$ 138,77	R\$ 1.387,70
110.	Unidade	10	Fechadura para Banheiro Com Maçaneta Reta 40mm inox.	R\$ 74,03	R\$ 740,30
111.	Unidade	50	Dispenser de Parede para Álcool Em Gel e Sabonete Líquido. Material: Plástico Polipropileno e Composto Aditivado.	R\$ 66,71	R\$ 3.335,50
112.	Unidade	50	Suporte para Papel Toalha. Dimensões aproximadas (alt.xlarg.x prof.): 320 mm x 250mm x 130 mm Material: Plástico Polipropileno e Composto Aditivado Abertura: Sistema com chave Utilização: Papel toalha interfolha 2 ou 3 dobras.	R\$ 59,62	R\$ 2.981,00
113.	Unidade	30	Ralo para Banheiro Quadrado Abre e Fecha - 15x15 inox.	R\$ 30,52	R\$ 915,60
114.	Unidade	30	Ralo para Banheiro Quadrado Abre e Fecha - 10x10 inox.	R\$ 35,53	R\$ 1.065,90
115.	Unidade	20	Acabamento Cromado compatível com Válvula de Descarga DOCOL.	R\$ 135,20	R\$ 2.704,00
116.	Unidade	5	Vaso Sanitário Cerâmico na cor branca.	R\$ 240,40	R\$ 1.202,00
117.	Unidade	10	Reparo Universal para Caixa Acoplada de Vaso Sanitário.	R\$ 123,25	R\$ 1.232,50
118.	Unidade	5	Anel de Vedação para Vaso Sanitário. Anel de vedação para vaso sanitário. Dispensa o uso de bolsa plástica. Elimina o mau cheiro dos gases do esgoto do banheiro. Uso exclusivo em bacias sanitárias. Contém 1 anel de	R\$ 26,45	R\$ 132,25



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



			vedação Composição: - Produto a base de borrachas sintéticas - Cargas minerais - Plastificantes não secativos.		
119.	Unidade	10	Bolsa de Ligação Vaso Sanitário. Cor: Branco. Certificação: NBR 15491 Acabamento: Branco Prazo de validade: Depois de instalado, válido por tempo indeterminado.	R\$ 21,87	R\$ 218,70
120.	Unidade	10	Tubo de Ligação Ajustável para Vaso Sanitário.	R\$ 26,27	R\$ 262,70
121.	Unidade	20	Assento Sanitário PVC.	R\$ 43,34	R\$ 866,80
122.	Unidade	5	Mecanismo de Entrada para Caixa Acoplada (compatível com todos os modelos de caixas acopladas).	R\$ 77,48	R\$ 387,40
123.	Unidade	5	Mecanismo de Saída de Água para Caixa Acoplada.	R\$ 83,16	R\$ 415,80
124.	Unidade	2	Bacia Sanitária com Caixa Acoplada 3/6l na Cor Branca.	R\$ 586,57	R\$ 1.173,14
125.	Unidade	2	Bacia Sanitária Convencional na Cor Branca. Tamanhos e Medidas 38x38x46cm	R\$ 523,39	R\$ 1.046,78
126.	Unidade	3	Lavatório de Louça Branco 39,5 x 29,5cm Sem Coluna.	R\$ 171,75	R\$ 515,25
127.	Unidade	20	Válvula Cromada Para Lavatório Com Ladrão.	R\$ 58,58	R\$ 1.171,60
128.	Unidade	20	Válvula Cromada Para Lavatório Sem Ladrão	R\$ 56,35	R\$ 1.127,00
129.	Unidade	30	Engate Para Lavatório 40cm.	R\$ 32,39	R\$ 971,70
130.	Unidade	10	Sifão com Entrada de 1" e Saída Universal.	R\$ 32,31	R\$ 323,10
131.	Unidade	20	Sifão Sanfonado Universal.	R\$ 28,18	R\$ 563,60
132.	Unidade	10	Barra de Apoio 80cm (Banheiro Acessível). Em alumínio estrutural anodizada; Recatilha para maior aderência e segurança; Fixação inteligente - sistema de rosca.	R\$ 100,31	R\$ 1.003,10
133.	Unidade	5	Torneira Boia ½. Composição: Nylon, polipropileno, latão e aço inox Formas de Utilização: Para caixa d'água Características Técnicas Pressão: de até 140 m.c.a.	R\$ 122,54	R\$ 612,70
134.	Unidade	3	Torneira Boia ¾. Composição: Nylon polipropileno latão e aço inox Formas de Utilização: Para caixa d'água Características Técnicas: Pressão de até 140 m.c.a.	R\$ 113,79	R\$ 341,37
135.	Unidade	5	Torneira com Duas Saídas, cromado, ½" E ¾".	R\$ 151,62	R\$ 758,10
136.	Unidade	5	Torneira de Cozinha – Parede - Cromado, ½" 18cm 1158.	R\$ 99,96	R\$ 499,80
137.	Unidade	5	Torneira Esfera Jardim ½" cromado.	R\$ 51,79	R\$ 258,95
138.	Unidade	5	Torneira para Jardim, plástica com Bico ¾" de primeira linha.	R\$ 15,30	R\$ 76,50
139.	Unidade	20	Torneira para Lavatório. Material: Metal.	R\$ 64,70	R\$ 1.294,00
140.	Unidade	10	Torneira para Lavatório. Material: PVC.	R\$ 35,66	R\$ 356,60
141.	Unidade	10	Torneira Longa de Metal para Pia.	R\$ 78,65	R\$ 786,50
142.	Unidade	2	Torneira Com Filtro Móvel de Parede.	R\$ 139,98	R\$ 279,96
143.	Unidade	50	Vedante para Torneira ½. Material: Borracha.	R\$ 1,46	R\$ 73,00
144.	Unidade	2	Esguicho Metálico para Mangueira Jato Regulável.	R\$ 59,65	R\$ 119,30
145.	Unidade	10	Fita Veda Rosca 18 x 10.	R\$ 7,20	R\$ 72,00
146.	Unidade	1	Trena Magnética Profissional de 5 metros com trava.	R\$ 53,46	R\$ 53,46
147.	Unidade	2	Estilete de Segurança Auto Retrátil Emborrachado.	R\$ 109,55	R\$ 219,10
148.	Unidade	50	Telas Milimétrica Mosquiteira - Conforme relatório técnico da inspeção sanitária do ano de 2016, solicito a compra de telas milimétrica mosquiteira para a proteção e vedação das janelas hospitalares, com 1,50m de altura x 1,15m de largura.	R\$ 77,68	R\$ 3.884,00
149.	Unidade	2	Arco Serra 12" cabo injetado.	R\$ 62,11	R\$ 124,22
150.	Unidade	10	Serrinha de Aço 24 Dentes 12" (300mm) 24T.	R\$ 12,33	R\$ 123,30



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



151.	Unidade	5	Silicone para Vedação. 50 gramas anti fungo acético.	R\$ 10,94	R\$ 54,70
152.	Unidade	5	Disco de Corte Diamantado Segmentado.	R\$ 39,59	R\$ 197,95
153.	Rolo	3	Fita Dupla Face. Fita dupla face constituída de espuma de poliuretano, fixação extrema de uso externo e interno com capacidade de 100kg por metro, uso em superfícies lisas, resistente a variação de temperatura, rolos nas dimensões 25mmx2mmx2m(1xexc) para uso em substituição de pregos e parafusos. Com certificação ABNT NBR ISO 9001, de 2015.	R\$ 25,02	R\$ 75,06
154.	Unidade	1	Escada de Alumínio Doméstica com 7 Degraus. Descrição: Com capacidade aproximada de 120 kg, leve, dobrável e fácil de guardar, perfeita para consertos e manutenção doméstica. Possui duas fitas de travamento, além do travamento automático na plataforma superior, proporcionando ainda mais estabilidade durante sua utilização. São fabricadas com estrutura em tubos e chapas de alumínio, o que garante melhor qualidade estrutural ao produto. As peças plásticas da escada são feitas de polipropileno de alta resistência. Seus pés antiderrapantes e travamento automático na plataforma superior garantem maior estabilidade. Fabricadas de acordo com o INMETRO.	R\$ 210,65	R\$ 210,65
155.	Unidade	3	Disco para esmerilhadora - 115x5,0x22,23mm 41/2"x3/16"x7/8".	R\$ 8,28	R\$ 24,84
156.	Unidade	5	Disco de Corte para Pisos, Cerâmicas e Mármore. 110 X 20 X 7mm X 2mm.	R\$ 26,78	R\$ 133,90
157.	Unidade	20	Disco de Corte para Esmerilhadeira 4,5"/23mm.	R\$ 2,51	R\$ 50,20
158.	Unidade	10	Disco de Desbaste para Esmerilhadeira 4,5" X 3/16" X 7/8".	R\$ 14,27	R\$ 142,70
159.	Unidade	1	Ferro de Solda 40W 110V. Tipo: Hikari, FAME, ou equivalente de mesma qualidade ou superior.	R\$ 37,87	R\$ 37,87
160.	Unidade	2	Solda em Fio 1mm 60x40 cobix com fluxo Ra (t2) – Rolo 250g.	R\$ 173,43	R\$ 346,86
161.	Unidade	2	Cola Instantânea Universal, frasco rígido com bico para aplicação, ideal para áreas pequenas e difíceis de serem alcançadas. Cola materiais como: Porcelana, metal, borracha, couro, madeira, papel e plástico, tubo com 5g.	R\$ 13,77	R\$ 27,54
162.	Unidade	2	Kit Registro de Gás + Mangueira e Abraçadeiras - Completo.	R\$ 136,97	R\$ 273,94
163.	Unidade	10	Adesivo de Contato Tradicional - 3,3L - 2,8KG - Fácil Aplicação.Cola diversos materiais.	R\$ 140,63	R\$ 1.406,30
164.	KG	1	Arame Recozido com Aço de Baixo Teor Carbono. Tipo PG18.	R\$ 26,47	R\$ 26,47
165.	KG	1	Arame Recozido Liso N18, Rolo 1KG. Peça única. Composição Aço recozido. Formas de Utilização: Para cerca e alambrados. Características Técnicas: Muito resistente, não exige manutenção constante pintura.	R\$ 25,08	R\$ 25,08
166.	KG	2	Arame Galvanizado N°18, Rolo de 1KG. 55kgf/mm² de resistência à tração Galvanizado Maior resistência. Excelente acabamento Dimensões - Comprimento: 111m/Kg / Diâmetro: 1,24mm / Bitola (BWG): 18 Peso: 1kg	R\$ 30,71	R\$ 61,42
167.	Unidade	10	Adaptador PVC Soldável Curto 25mmX ¾.	R\$ 2,79	R\$ 27,90



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



168.	Unidade	5	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca para Registro 50mm X 1. ½.	R\$ 11,29	R\$ 56,45
169.	Unidade	5	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca para Registro 25mm X ¾.	R\$ 2,80	R\$ 14,00
170.	Unidade	2	Adesivo Veda Calha 300ml. Uso para a construção civil em vedação de calhas, rufos, telhas, pingadeiras galvanizadas e suas emendas, dispensando o uso de soldas. Embalagem: Tubo 300ml/280g.	R\$ 27,94	R\$ 55,88
171.	Unidade	3	Adesivo Cola para Cano 175g.	R\$ 24,25	R\$ 72,75
172.	Unidade	10	Aguarrás 5L Redutor Tinta Sintética.	R\$ 173,04	R\$ 1.730,40
173.	Unidade	1	Aplicador de Silicone Confeccionado em Chapa de Aço Estampada, com pintura anti corrosiva, com altura de 16 cm, largura 6 cm, comp. 29 cm.	R\$ 77,38	R\$ 77,38
174.	Unidade	15	Arruelas Lisa ½". Produto Arruelas Tipo Lisa Diâmetro (Em Polegadas) 1/2"	R\$ 1,47	R\$ 22,05
175.	Unidade	1	Brocha para Pintura Material Plástico Comprimento 17cm X 7,5cm de largura. Referência de qualidade: Tigre ou Vonder.	R\$ 20,83	R\$ 20,83
176.	Unidade	1	Brocha Redonda Fibra de Nylon com Cabo de Madeira. Diâmetro: 7,5 cm. Aplicação em Construção civil para pedreiro.	R\$ 19,50	R\$ 19,50
177.	Unidade	5	Bucha de Redução Soldável 25x20. Fabricados de PVC - Cloreto de Polivinila, cor branca; Aplicação em instalações de água fria.	R\$ 1,52	R\$ 7,60
178.	Unidade	5	Bucha de Redução Soldável 40X32. Bucha de PVC com junta soldável na cor branca. Pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/crrf (750 kPa) à temperatura de 20°C Aplicações em instalações de água fria.	R\$ 1,53	R\$ 7,65
179.	Unidade	2	Bucha de Redução Soldável 50X40. Bucha de PVC com junta soldável na cor branca. Pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/crrf (750 kPa) à temperatura de 20°C Aplicações em instalações de água fria.	R\$ 4,82	R\$ 9,64
180.	Unidade	5	Bucha de Redução Soldável 60X50. Bucha de PVC com junta soldável na cor branca. Pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/crrf (750 kPa) à temperatura de 20°C Aplicações em instalações de água fria.	R\$ 24,55	R\$ 122,75
181.	SC	50	Cimento CII SC 50 KG. Material: Cor Cinza Embalagem: Saco Garantia: Conforme a embalagem. Aplicação: Utilização em estruturas de concreto armado, pavimento de concreto, argamassa de chapisco, assentamento de blocos, revestimentos e pisos, contrapisos, graute, concreto protendido, pré-moldados e artefatos de concreto.	R\$ 40,67	R\$ 2033,50
182.	Unidade	1	Colher De Pedreiro canto Reto Nº 9.	R\$ 30,00	R\$ 30,00
183.	Unidade	10	Curva PVC Soldável 90° 50mm. Curvas para condução de água em temperatura ambiente Tamanhos e Medidas: 50mm / 1 1/2" Componentes(s): Peça única Composição: PVC Formas de Utilização: Mudança de direção de redes a 90 graus, menor perda de carga Características Técnicas: Bolsas soldáveis, raio longo, menor perda de carga	R\$ 26,26	R\$ 262,60
184.	Unidade	1	Desempenadeira de Aço Dentada. Características: - Feita em aço - Cabo de madeira. Dimensões: 12 x 25,6 cm Tamanho Dentes: 8 x 8mm.	R\$ 26,31	R\$ 26,31



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



185.	Unidade	1	Desempenadeira de Madeira.Características: - Feita em madeira –Cabo de madeira. Dimensões: 12 x 26 cm	R\$ 30,12	R\$ 30,12
186.	Unidade	2	Fundo Preparador para Paredes a Base de Água, 18 L. Embalagem/Rendimento: Lata 18l 150 a 275m ² por demão Acabamento: Fosco Secagem: - Ao toque: 30min - Entre demãos: 4h - Final: 4h.	R\$ 439,11	R\$ 878,22
187.	Unidade	3	Fundo Preparador para Paredes a Base de Água 3,6L. Embalagem/Rendimento: Galão 3,6l 30 a 55m ² por demão Acabamento: Fosco Secagem: - Ao toque: 30min - Entre demãos: 4h - Final: 4h.	R\$ 222,49	R\$ 667,47
188.	Unidade	5	Kit de Reparo para Válvula de Descarga, com Componentes de Borracha, Plástico e Latão.	R\$ 137,08	R\$ 685,40
189.	Unidade	5	Lixa para Madeira Nº 50.	R\$ 3,30	R\$ 16,50
190.	Unidade	20	Lixa para Massa em Parede nº100. Dimensões aproximadas: 225 x 275 mm Indicação: Para lixar paredes de massa corrida, gesso, reboco, entre outras.	R\$ 3,08	R\$ 61,60
191.	Unidade	20	Lixa para Massa em Parede nº80. Dimensões aproximadas: 225 x 275 mm Indicação: Para lixar paredes de massa corrida, gesso, reboco, entre outras.	R\$ 1,56	R\$ 31,20
192.	Unidade	10	Lixa de Ferro Grão Número 120.	R\$ 4,12	R\$ 41,20
193.	Unidade	10	Lixa de Ferro Grão Número 50.	R\$ 7,31	R\$ 73,10
194.	Unidade	5	Massa Corrida 18L 30KG. Cor: Branco Uso Interno Embalagem: 30 Kg Rendimento: -Lata (30 kg) 25 a 30m ² por demão (massa grossa) -Lata (30 kg) 40 a 60m ² por demão (massa fina) Diluição pronto para o uso Tempo de Secagem: Ao toque de 30 minutos, 3 horas entre demãos, 4 horas final.	R\$ 153,91	R\$ 769,55
195.	Unidade	5	Massa Corrida 3,600L. Possui grande poder de enchimento, boa consistência e aderência, secagem rápida e baixo odor. Sua fórmula proporciona maior facilidade para lixar. Possui Acabamento fosco. Cor: Branco Diluente: Pronta para uso, não deve ser diluída.	R\$ 99,85	R\$ 499,25
196.	Unidade	5	Óleo Anti-Ferrugem Aerosol 300ML. Óleo lubrificante vegetal, aditivo antioxidante, aditivo anticorrosivo, essência, butano e propano como propelente	R\$ 47,87	R\$ 239,35
197.	Unidade	10	Plug PVC Roscável ½.	R\$ 1,22	R\$ 12,20
198.	Unidade	3	Registro de Esfera ¾". Característica: Fácil Instalação. Garantia 10 anos Forma de utilização: Utilizados em banheiros Cor: Prata Material: Inox Componentes: Acabamento Registro 1/2 3/4 1 Pq 4900 C50 Peso: 246Gr	R\$ 43,55	R\$ 130,65
199.	Unidade	3	Registro de Esfera em PVC Soldável, 20mm. Fabricados de acordo com a NB 5648 Aplicação: Sistemas prediais de água fria Tubos e conexões de PVC 6,3, PN 750 kPa, com junta soldável Requisitos: Sistema dimensionado para suportar pressões de serviço de 750 kPa (75 m.c.a. ou 7,5 kgf/cm ²) Dimensões: Bitola: 20 mm / Comprimento: 73 mm Peso: 0,105 Kg.	R\$ 30,12	R\$ 90,36
200.	Unidade	3	Registro de Esfera em PVC Soldável, 25mm. Fabricados de acordo com a NB 5648 Aplicação: Sistemas prediais de água fria Tubos e conexões de PVC 6,3, PN 750 kPa, com junta soldável Requisitos: Sistema dimensionado para suportar pressões de serviço de 750 kPa (75 m.c.a.	R\$ 32,92	R\$ 98,76



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



			ou 7,5 kgf/cm ²) Dimensões :Bitola: 25 mm / Comprimento: 85,5 mm Peso: 0,156 Kg.		
201.	Unidade	4	Registro de Gaveta de 50mm, em metal sem acabamento.	R\$ 114,73	R\$ 458,92
202.	Unidade	5	Registro de Gaveta em Metal 3/4".	R\$ 65,45	R\$ 327,25
203.	Unidade	10	Registro de Pressão 1/2" C50. Forma de utilização: Utilizado em banheiros. Componentes: Acabamento registro gaveta pressão. Acabamento: Cromado.	R\$ 73,29	R\$ 732,90
204.	Unidade	5	Registro de Pressão 3/4" C50. Forma de utilização: Utilizado em banheiros. Componentes: Acabamento registro gaveta pressão. Acabamento: Cromado.	R\$ 109,26	R\$ 546,30
205.	Unidade	10	Rolo para Pintura Pele de Carneiro 23cm com Cabo. Cor: Branco Uso Ideal para pequenas áreas e retoques em superfícies rugosas e semi-rugosas com tinta látex, acrílica, óleo e esmalte. Largura: 23cm.	R\$ 66,58	R\$ 665,80
206.	Unidade	5	Rolo para Pintura de lã sintética sem respingo 15cm	R\$ 26,92	R\$ 134,60
207.	Unidade	5	Pincel (Trincha) para Pintura 2,5 Polegadas. Pincel da maior qualidade possível, pode ser usado com excelência para qualquer aplicação que o faça necessário e não somente laminações (pintura de parede por exemplo).	R\$ 25,99	R\$ 129,95
208.	Unidade	5	Pincel (Trincha) para Pintura 3/4 Polegada. Pincel da maior qualidade possível, pode ser usado com excelência para qualquer aplicação que o faça necessário e não somente laminações (pintura de parede por exemplo).	R\$ 14,46	R\$ 72,30
209.	Unidade	5	Pincel (Trincha) para Pintura 1/2 Polegada. Pincel da maior qualidade possível, pode ser usado com excelência para qualquer aplicação que o faça necessário e não somente laminações (pintura de parede por exemplo).	R\$ 16,60	R\$ 83,00
210.	Unidade	2	Selador Acrílico Branco 18l. Uso Interno/Externo. Embalagem: 18 L. Demão: Uma demão. Tempo de Secagem: 2 horas ao toque / 6 horas final. Diluição: Reboco, concreto, blocos de concreto e massa fina 10% com água potável. Base: Solvente.Marca de referência igual ou superior a Suvinil, Metalatex, Coral ou Luxens	R\$ 244,16	R\$ 488,32
211.	Unidade	5	Tampão 1/2". Uso: Para interromper o fluxo de água no fim do tubo de 1/2" (13-16 mm). Material: Plástico	R\$ 1,70	R\$ 8,50
212.	Unidade	10	Tampão Roscável para Cano de 1/2 CAP. Material: PVC. Bitola de 1/2. Tipo: Liso.	R\$ 1,80	R\$ 18,00
213.	Unidade	5	Tê Redução Soldável Bitola 25mm X 20mm. Água Fria.	R\$ 17,43	R\$ 87,15
214.	Unidade	2	THINNER 5LT 2000.	R\$ 100,00	R\$ 200,00
215.	Unidade	20	Tinta Acrílica 18L. Tinta acrílica de fácil aplicação, acabamento fosco, ótima cobertura e resistência às intempéries, com excelente alastramento. Rendimento: 300 a 450 m ² /demão/galão. Marca de referência igual ou superior a Coral ou Suvinil.	R\$ 459,50	R\$ 9.190,00
216.	Unidade	10	Tinta Acrílica 3,6L. Tinta acrílica de fácil aplicação, acabamento fosco, ótima cobertura e resistência às intempéries, com excelente alastramento. Rendimento: 60 a 76 m ² /demão/galão. Marca de referência igual ou superior a Coral ou Suvinil.	R\$ 173,48	R\$ 1.734,80



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



217.	Unidade	20	Tinta Esmalte Sintética 3,6L. Tinta de acabamento brilhante de alto poder de cobertura e rendimento. Apresenta grande durabilidade e resistência ao intemperismo. Fácil aplicação, secagem rápida e excelente nivelamento, que proporciona um acabamento perfeito. Indicado para proteção e decoração de superfícies de metais ferrosos, madeiras, aço galvanizado, alumínio, alvenaria e PVC, em áreas externas e internas. Rendimento: De 40 a 50 m² por demão. Marca de referência igual ou superior a Coral ou Suvinil.	R\$ 199,53	R\$ 3.990,60
218.	Unidade	4	Tinta Óleo 3,6L. Diluição: Usar solvente Aplicação pincel/rolo: Diluir no máximo 10% Aplicação revólver: Diluir no máximo 20% Rendimento: Até 40 m² por demão Secagem: - Ao toque: 6 a 8 horas - Entre demãos: 12 horas - Final: 24 horas Dimensões: - Galão: 3,6 Litros - Peso: 3,75 Kg. Marca de referência igual ou superior a Coral ou Suvinil.	R\$ 158,23	R\$ 632,92
219.	Unidade	5	Verniz. Odor: Alto odor Embalagem: 3,6 L Base: Solvente Diluição: Pronto para uso. Rendimento: Galão 3,6L de 40 a 65 m² por demão Demão: 3 Vezes Aplicação: Pincel ou Trincha Tempo de Secagem: Toque: 4 a 6 horas Final: 24 horas Superfície: Madeira Lavável: Sim Indicado para Madeiras Filtro Solar: Sim Hidrorrepelente: Sim Antimofo: Não Fungicida: Não Antibactéria: Não Peso: 3.74 Kg Garantia do Fabricante: 96 meses	R\$ 232,46	R\$ 1.162,30
220.	Caixa	1	Eletrodos – (aws a5.1- e6013) 2,50 x 3,50mm – 5kg.	R\$ 259,52	R\$ 259,52
221.	Unidade	5	Broca de Widea 6mm.	R\$ 14,91	R\$ 74,55
222.	Unidade	5	Broca de Widea 8mm.	R\$ 20,13	R\$ 100,65
223.	Unidade	5	Broca de Widea 10mm.	R\$ 27,68	R\$ 138,40
224.	Unidade	2	Broca de Concreto 6 x 160mm.	R\$ 12,39	R\$ 24,78
225.	Unidade	2	Broca de Concreto 8 x 160mm.	R\$ 15,38	R\$ 30,76
226.	Unidade	2	Broca de Concreto 10 x 160mm.	R\$ 22,62	R\$ 45,24
227.	Unidade	2	Broca de Concreto 14 x 210mm.	R\$ 27,21	R\$ 54,42
228.	Unidade	1	Tubo de PVC 6m - 50mm.	R\$ 97,78	R\$ 97,78
229.	Unidade	1	Tubo de PVC 6m - 100mm.	R\$ 111,40	R\$ 111,40
230.	Unidade	50	Buchas 10mm.	R\$ 0,90	R\$ 45,00
231.	Unidade	100	Buchas 8mm.	R\$ 0,91	R\$ 91,00
232.	Unidade	100	Buchas 6mm.	R\$ 0,88	R\$ 88,00
233.	Unidade	50	Parafuso Rosca Soberba para bucha 10mm.	R\$ 1,66	R\$ 83,00
234.	Unidade	100	Parafuso Rosca Soberba para bucha 8mm.	R\$ 1,25	R\$ 125,00
235.	Unidade	100	Parafuso Rosca Soberba para bucha 6mm.	R\$ 0,69	R\$ 69,00
236.	Unidade	30	Parafuso para Fixar Vaso Sanitário com bucha 10.	R\$ 13,13	R\$ 393,90
237.	Unidade	10	Luva Soldável DN 25mm Água Fria.	R\$ 3,54	R\$ 35,40
238.	Unidade	10	Joelho 90° PVC Soldável com bucha de latão 25mm x 3/4.	R\$ 10,94	R\$ 109,40
239.	Unidade	10	Joelho 90° PVC soldável com bucha de latão 20mm x 1/2	R\$ 7,65	R\$ 76,50
240.	Unidade	10	Joelho 90° PVC soldável com bucha de latão 25mm x 1/2	R\$ 10,74	R\$ 107,40
241.	Unidade	20	Joelho 90° PVC soldável DN 20mm água fria.	R\$ 5,90	R\$ 118,00
242.	Unidade	20	Joelho 90° PVC soldável DN 25mm água fria.	R\$ 4,37	R\$ 87,40



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



243.	Kg	1	Prego 12 x 12 com cabeça de aço tipo corpo liso com ponta diamantada.	R\$ 30,83	R\$ 30,83
244.	Kg	1	Prego 15 x 15 com cabeça de aço tipo corpo liso com ponta diamantada.	R\$ 29,25	R\$ 29,25
245.	Kg	1	Prego 17 x 21 com cabeça de aço tipo corpo liso com ponta diamantada.	R\$ 30,29	R\$ 30,29
246.	Kg	1	Prego 18 x 27 com cabeça de aço tipo corpo liso com ponta diamantada.	R\$ 35,75	R\$ 35,75
247.	Unidade	100	Rebites de Alumínio 310 - 3.2 x 10.	R\$ 0,12	R\$ 12,00
248.	Unidade	5	Óleo Anti Ferrugem Aerossol 300ml.	R\$ 49,16	R\$ 245,80
249.	Unidade	5	Broca Aço Rápido 5/16.	R\$ 17,82	R\$ 89,10
250.	Unidade	5	Broca Aço Com Ponta De Videa 8mm.	R\$ 20,93	R\$ 104,65
251.	Unidade	5	Cadeado 25mm.	R\$ 27,83	R\$ 139,15
252.	Unidade	10	Luva de Redução DN 50mm x 40mm Água Fria.	R\$ 20,95	R\$ 209,50
253.	Unidade	5	Luva Soldável com bucha de latão DN 25mm x ½". Água Fria.	R\$ 13,35	R\$ 66,75
254.	Unidade	10	Luva Soldável DN 20mm Água Fria.	R\$ 4,46	R\$ 44,60
255.	Kg	1	Prego 18 x 30 com cabeça de aço tipo corpo liso com ponta diamantada.	R\$ 42,62	R\$ 42,62
256.	Unidade	50	Pacote de Rejunte Acrílico de 1Kg. Cor a escolher	R\$ 30,53	R\$ 1.526,50
257.	Unidade	2	Marreta 1 Kg com Cabo de Madeira. Indicadas para execução de trabalho pesado, em geral é usada para quebrar pedras e concretos, serve também para bater em talhadeiras para colocação de estacas e cunhas.	R\$ 70,06	R\$ 140,12
258.	Unidade	1	Ponteiro Com Empunhadura 12". Utilizada em trabalhos de perfuração em pedras, concreto e tijolos, o ponteiro é a ferramenta certa para você que trabalha na construção civil ou com pequenos reparos. Sua empunhadura, oferece conforto e proteção ao usuário. Tamanho: 12".	R\$ 47,38	R\$ 47,38
259.	Unidade	2	Talhadeira Barra Sextavada Manual para Pedreiro Ponta 1". Ferramenta para uso em construção civil, feita em aço SAE forjado possui alta qualidade e durabilidade. É utilizada para cortar chapas, retirar excessos de materiais e abrir rasgos.	R\$ 41,18	R\$ 82,36
260.	Unidade	5	Lâmina de Serra Circular com Dentes de Metal Duro/Videa, 24 Dentes Vonder 110 X 20mm. Diâmetro da lâmina de serra circular: 4.3/8" - 110 mm. Número de dentes da lâmina de serra circular: 24 dentes. Espessura de corte da lâmina de serra circular: 2.6 mm. Espessura do corpo da lâmina de serra circular: 1.5 mm. Diâmetro do furo da lâmina de serra circular: 20 mm. Rotação máxima da serra circular: 12.100 rpm.	R\$ 42,23	R\$ 211,15
261.	Unidade	10	Fusível para Estabilizador - 4A.	R\$ 0,69	R\$ 6,90
262.	Unidade	10	Fusível para Estabilizador - 6A.	R\$ 0,69	R\$ 6,90
263.	Unidade	10	Fusível para Estabilizador - 10A.	R\$ 1,62	R\$ 16,20
264.	Unidade	5	Filtro para bebedouro Libell Inox – purificador de pressão	R\$ 60,00	R\$ 300,00
265.	Unidade	5	Filtro para bebedouro Karina Inox – purificador de pressão	R\$ 73,25	R\$ 366,25
Valor Total:				R\$ 140.472,28	

3.2 - Encerrada a negociação, a licitante deverá confirmar o realinhamento do preço na plataforma. A empresa, a partir do momento em que a Pregoeira solicitar a confirmação do realinhamento, terá o prazo de 5 (cinco) minutos para confirmar.

3.3 - Os valores acima estimados são a base para considerar **preço superior/preço excessivo**.

3.4 - A Ata de Registro de Preço deverá ser firmada sobre o **menor preço unitário de cada ITEM**.

3.5. Os valores propostos serão considerados completos e deverá abranger todos os tributos (impostos, taxas, frete, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), qualquer despesa acessória e/ou necessária.

4. DO JULGAMENTO:

4.1 - Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresente o **MENOR PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM**.

5. DA PROPOSTA:

5.1 - No valor da proposta deverão estar incluídos todos os custos com impostos, taxas, fretes, assim como todos os custos necessários a completa aquisição dos itens ora solicitados.

5.2 - A proposta de preços deverá apresentar prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

5.3 - A proposta deve acatar todas as estipulações contidas no Termo de Referência.

6. DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 - O objeto do presente Termo de Referência será fornecido pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

6.2 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a apresentação de nota fiscal acompanhada das correspondentes requisições.

6.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.1 - As notas fiscais emitidas deverão conter, além das informações já exigidas, o destaque da retenção de imposto de renda de acordo com as disposições da IN RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e as alíquotas do Decreto Municipal nº 6447/2023.

6.3.2 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive fornecimento de bens e prestação de serviços.

6.3.3 - O valor do imposto sobre a renda retido será considerado como mera antecipação do que for devido pelo contratado à União.

6.4 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.5 - A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.6 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o serviço estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, inclusive devendo discriminar as retenções e respectivas bases de incidência referente a INSS e ISSQN na execução contratual, na forma da legislação aplicável.

6.6.1 - Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e Instrumento Contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

6.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.8 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

6.9 - No ato de assinatura da ARP, a empresa vencedora deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

6.10 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da empresa vencedora.

6.11 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇO:

7.1 - Reequilíbrio econômico-financeiro:

7.1.1 - O Contrato/ARP decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

7.1.2 - O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato/ARP, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

7.1.2.1 - Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

7.1.2.2 - Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

7.1.3 - Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referente aos itens objetos do pedido.

7.1.4 - Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados serão considerados para os pedidos posteriores à decisão final da Autoridade Competente.

7.1.5 - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento.

7.1.6 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

7.1.7 - Independentemente da solicitação, o Órgão Gerenciador poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação.

7.1.8 - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo à Autarquia a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.1.9 - Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Autarquia e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência.

7.1.10 - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

7.1.11 - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Autarquia deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

7.2 - Reajuste de Preço:

7.2.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

7.2.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.2.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.2.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.2.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.2.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.2.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

8. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

8.1 - Os itens referentes ao objeto deste pregão serão entregues em perfeitas condições, recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste Termo de Referência, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no fornecimento definitivo.

8.1.1 - Os Licitantes deverão se atentar para todas as especificações de cada item. Caso no ato da entrega o item esteja apresentando divergência do que foi licitado, a entrega será recusada.

8.2 - A Autarquia se reserva o direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

8.3 - Em caso de não aceitação, quando da entrega provisória dos itens, fica o Licitante obrigado a substituir os itens, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas neste Termo de Referência e administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 14.133 e suas alterações.

8.4 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

8.5 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não aceitará qualquer entrega em atraso, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à empresa vencedora efetuar as substituições necessárias no prazo determinado, sob pena de aplicação das sanções legais e/ou rescisão contratual.

8.6 - A entrega dos itens objeto desta licitação **será no local e horário designado no subitem 8.7 ou no constante na Ordem de Compra** que será feita pelo Setor Responsável e obedecerá ao seguinte trâmite:

8.6.1 - O Setor Responsável, de posse dos documentos apresentados pelo Detentor, verificará a entrega dos itens provisoriamente para verificação de especificações, quantidades, marcas, preços, prazos e outras informações pertinentes.

8.6.2 - Os itens entregues com irregularidade, em desacordo com as normas previstas neste edital ou fora dos padrões determinados serão devolvidos em até 2 (dois) dias úteis, devendo ser substituídos em até 2 (dois) dias úteis.

8.6.3 - A não substituição dos itens em que se tenha verificado irregularidade após o decurso do prazo previsto no subitem 8.6.2 acarretará o não recebimento definitivo dos mesmos, além da aplicação das penalidades previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

8.6.4 - Em caso de irregularidade não sanada pelo Detentor, a responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Coordenação de Compras para providências de penalização.

8.6.5 - O item que estiver de acordo com as especificações, quantidades, marcas, preços e prazos estabelecidos, será aprovado e recebido definitivamente, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

8.6.6 - **Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento de objeto diverso do licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na Especificação Técnica, no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.**

8.7 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.

8.7.1 - **O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.**

8.8 - Quanto da entrega dos itens fica com responsabilidade da licitante vencedora despesas, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

9. FISCALIZAÇÃO:

9.1 - Os Fiscais do contrato serão os servidores abaixo designado:

Servidores Responsável: João Francisco Damasceno e José Carlos Teixeira Júnior

9.2 - Competirá ao fiscal dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

9.3 - A fiscalização fixada neste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios etc. e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

9.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

9.5 - O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

9.6 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do público usuário.

9.7 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

9.8 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

9.9 - A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo fiscal da CONTRATANTE.

10. DAS OBRIGAÇÕES:

10.1 - Da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí:

10.1.1 - Atestar nas notas fiscais/ faturas o efetivo fornecimento dos itens, objeto desta licitação.

10.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.

10.1.3 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da ARP/Contrato.

10.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

10.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10.1.6 - Notificar à Contratada, por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da ARP/Contrato, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

10.1.7 - Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

10.1.8 - Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

10.1.9 - Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela Contratada a respeito dos itens a serem adquiridos.

10.1.10 - Realizar as revisões de preços periodicamente e solicitar substituições de marcas sempre que necessário.

10.1.11 - Conferir todos os itens no momento da entrega, juntamente com a ordem de fornecimento e nota fiscal de simples remessa apresentada, e dar recebimento provisório dos mesmos.

10.2 Da Empresa Vencedora:

10.2.1 - Efetuar as entregas do objeto do Edital conforme as solicitações.

10.2.2 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.

10.2.2.1 - A Autarquia se reserva no direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

10.2.2.2 - Em caso de não aceitação dos itens objeto deste Pregão, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e substituí-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Hospital, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções estabelecidas pela legislação vigente.

10.2.2.3 - O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.

10.2.3 - Caberá à licitante vencedora realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, com todo empenho e dedicação necessários, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução, obrigando-se ainda a:

10.2.3.1 - Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;

10.2.3.2 - Submeter-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Edital.

10.2.4 - Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

10.2.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da ARP/Contrato, conforme estabelece o art. 124, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, se for o caso.

10.2.6 - Emitir Nota Fiscal para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE.

10.2.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da (s) CONTRATADA (s), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados ao Diretor Presidente da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da ocorrência, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.

10.2.8 - Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP/Contrato, isentando a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí de qualquer responsabilidade.

10.2.9 - Manter-se, durante a execução da ARP/Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2.10 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

10.2.11 - Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação.

10.2.12 - Fornecer o produto em conformidade com este Termo de Referência, mediante a emissão de Ordem de Compra.

10.2.13 - Acusar o recebimento da Ordem de Compra, considerando que o prazo de entrega do produto será computado a partir da data do envio do documento através de e-mail constante no banco de dados do Setor de Compras.

10.2.14 - No caso de cancelamento de itens, a detentora da Ata, deverá encaminhar ao Setor de Compras a documentação formal comprobatória, se for o caso.

10.2.15 - **Em hipótese alguma serão deferidas as solicitações de substituições, trocas de marca, reajustes e cancelamentos referentes a ordens de compra já enviadas às empresas.**

10.2.15.1 - **Os pedidos de reajustes devem ser enviados através do e-mail comprashospitalsantana@gmail.com ou alternativamente serem entregues no Setor de Compras localizado na Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº. 250, CEP: 36.284-097, Rosário, Carandaí/MG, no horário de 08h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h30min, sob pena de não conhecimento do pedido e consequente fornecimento dos produtos até o envio de forma correta.**

10.2.15.2 - **A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não se responsabilizará por pedidos de reajustes endereçados por outras formas ou a outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Setor de Compras.**

10.2.16 - A entrega do produto deverá ser efetuada de forma global correspondente aos quantitativos da ordem de compra, exceto em caráter excepcional, quando devidamente justificado e autorizado pelo setor responsável.

10.2.17 - O Setor Requisitante reserva-se o direito de não aceitar o produto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, inclusive os cancelamentos, e substituições de marca, podendo cancelar a contratação.

10.3. Das obrigações complementares da Empresa Vencedora:

10.3.1 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

10.3.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Setor Requisitante.

10.3.3 - Arcar com eventuais prejuízos causados a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste Pregão.

10.3.4 - Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do licitante vencedor.

10.3.5 - Responsabilizar-se pela carga e descarga dos produtos.

10.3.6 - Constar na Nota Fiscal dados bancários, número da ordem de compra bem como do empenho e considerar razão social da AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAI.

10.3.7 - Em caso de não aceitação, quando do recebimento provisório dos produtos objeto deste Pregão, fica o Licitante obrigado a substituir os produtos, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante.

10.3.8 - Garantir o fornecimento e a prestação dos serviços de acordo com as normas específicas vigentes, sem interrupção, substituindo, sem ônus para a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, a ausência de qualquer serviço, independentemente do motivo.

10.3.9 - Em casos excepcionais de falta de algum material e/ou insumo constante na Ordem de Compra emitida, a empresa deverá efetivar a remessa dos demais, justificando fundamentadamente os motivos da falta.

10.3.10 - Os insumos deverão estar de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou ainda por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), conforme disposto no inciso VIII, do art. 39 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), se for o caso.

10.3.11 - Os itens objeto dessa licitação deverão possuir informativo com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, se for o caso.

10.3.12 - Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante, indicando representante para manter contato com a Contratante para o esclarecimento de dúvidas.

10.3.13 - Fornecer números telefônicos ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Autarquia com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional.

10.3.14 - Entregar o objeto constante da ARP/Contrato dentro das condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes na Especificação Técnica, Edital, Ata de Registro de Preços e anexos.

10.3.15 - Cumprir os prazos previstos na ARP/Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante.

10.3.16 - Executar o cumprimento do contrato com pessoal habilitado, instruindo seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com urbanidade e respeito.

10.3.17 - A Contratada deverá cumprir o contrato dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, trocando tudo quanto for impugnado pela Fiscalização, em razão do serviço oferecido.

10.3.18 - A Contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal da ARP.

10.3.19 - Os itens deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

10.3.19.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

10.3.20 - A empresa vencedora será responsável pela garantia dos itens, na quantidade, especificação e local determinados na Ordem de Compras, de modo que atenda plenamente, às normas técnicas de fabricação, estoque, embalagem e transporte, preservando também, sempre, no que couber, as normas da ABNT, do INMETRO e as Normas Regulamentadoras previstas na Portaria nº 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a não causar quaisquer prejuízos à Administração Pública, se for o caso.

10.3.21 - Realizar a entrega dos itens, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, com selo/estampa do INMETRO, sempre que for o caso.

10.3.22 - Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a autarquia por meio de seu representante legal, reduzirá a termos os fatos ocorridos e tomará as providências legais pertinentes.

10.3.23 - Os produtos a serem entregues devem estar em suas embalagens primárias originais, e em embalagens secundárias quando for o caso, devidamente identificadas contendo todas as informações pertinentes conforme legislação vigente (identificação do fabricante, lote e quantidade).

10.3.24 - A empresa vencedora será responsável pela: entrega dos produtos conforme necessidade, pela identificação dos itens, transporte (inclusive frete), documentação técnica, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

10.3.25 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

10.3.26 - Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

10.3.27 - Responder, integralmente, pelos danos causados ao hospital ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do hospital e participantes.

10.3.28 - Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 02 (dois) dias úteis da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à ARP/Contrato.

10.3.29 - A Contratada deverá prestar o objeto da presente licitação dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, executando todos os serviços com esmero e perfeição, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização.

10.3.30 - Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender este Hospital, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente.

11. DO RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO:

11.1 - **Será responsável pela conferência dos itens o Setor Requisitante**, que deverá atestar os mesmos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais para as providências de pagamento, realizando para tanto, as seguintes funções:

11.1.1 - Elaborar o plano de fiscalização da ARP/Contrato em conformidade com o mapa de riscos relacionado à fiscalização da ARP/Contrato;

11.1.2 - Analisar a conformidade dos itens entregues em relação aos critérios e condições estabelecidos na APR/Contrato e registrar as análises em lista de verificações construída a partir do plano de fiscalização da ARP/Contrato;

11.1.3 - Avaliar a qualidade dos itens entregues, com auxílio de listas de verificações e questionários de avaliações construídas a partir do plano de fiscalização da ARP/Contrato;

11.1.4 - Comunicar-se com o preposto da Contratada, ou com a Contratada, para corrigir eventuais falhas na execução do objeto;

11.1.5 - Acompanhar a correção e a readequação das faltas cometidas pela Contratada quanto ao objeto da APR/Contrato e comunicar situações que exijam notificação da Contratada;

11.1.6 - Encaminhar os registros que comprovam a fiscalização, com destaque para eventuais problemas encontrados, providências adotadas e problemas não corrigidos;

11.1.7 - Atestar as faturas;

11.1.8 - Elaborar relatório final da fiscalização da ARP/Contrato, relatório esse que consolidará os registros e relatórios parciais de acompanhamento da execução da ARP/Contrato;

11.1.9 - Observar, durante a vigência da contratação sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

11.1.10 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.

12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.1 - A Ata de Registro de Preço/Contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas enumeradas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

13.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 13.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 13.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra; ou
- 13.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 13.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5 - Fraudar a licitação.
- 13.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
 - 13.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2 - Com fulcro na Lei Nacional nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1 - Advertência;
 - 13.2.2 - Multa;
 - 13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar; e
 - 13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

13.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (sete dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1., 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2023.

13.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 - O Registro de Preços independe de previsão orçamentária.

15. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:

15.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4 - A Autarquia deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

16.1 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e ss. da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas.

16.2 - Qualquer tolerância por parte da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa vencedora, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o contratante exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

16.3 - A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da empresa vencedora designadas para a execução do objeto contratado, sendo a empresa vencedora a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

Ata de R.P. nº ***/2024.

Pregão Eletrônico Nº 017/2024

VALIDADE: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Aos ---- dias do mês de ----- do ano de dois mil e vinte e quatro, a Autarquia **Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 19.558.782/0001-07, com sede na Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí – MG, CEP: 36.284-097, Bairro Rosário, Carandaí/MG, neste ato representado pelo Diretor Presidente, **José Carlos Teixeira Júnior** nomeado nos termos do Decreto nº 6599/2024, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2024, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa _____ CNPJ _____, estabelecida na Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____ na cidade de _____ – Estado de _____, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, brasileiro(a) _____, _____, portador do RG. _____ SSP/_____ e CPF/MF nº _____, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Autarquia, de menor preço por item, para o REGISTRO DE PREÇO, consignados em Ata de Registro de Preço, visando a futura e eventual **aquisição de Materiais de Construção diversos e Materiais para Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, conforme delineado no Anexo I do Edital do Processo Licitatório nº 021/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2024.

1.2 - O Processo, Normas, Instruções, Edital, seus Anexos, assim também a proposta da CONTRATADA constante na licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº. 017/2024**, PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTA INSTRUMENTO INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÕES.

CLÁUSULA 2ª -DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - Os preços registrados, para futura e eventual aquisição e o quantitativo, segue abaixo conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 017/2024**:

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

2.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

2.3 - Subordina-se ao regime de entrega de forma parcial, ou seja, de acordo com as necessidades do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP

3.1 São obrigações do Órgão Gerenciador da ARP:

- 3.1.1 - Atestar nas notas fiscais/ faturas o efetivo fornecimento dos itens, objeto desta licitação.
- 3.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso.
- 3.1.3 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da ARP/Contrato.
- 3.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
- 3.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 3.1.6 - Notificar à Contratada, por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da ARP/Contrato, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.
- 3.1.7 - Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.
- 3.1.8 - Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 3.1.9 - Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela Contratada a respeito dos itens a serem adquiridos.
- 3.1.10 - Realizar as revisões de preços periodicamente e solicitar substituições de marcas sempre que necessário.
- 3.1.11 - Conferir todos os itens no momento da entrega, juntamente com a ordem de fornecimento e nota fiscal de simples remessa apresentada, e dar recebimento provisório dos mesmos.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

4.1 Constituem obrigações do Licitante Vencedor:

- 4.1.1 - Efetuar as entregas do objeto do Edital conforme as solicitações.
- 4.1.2 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.
 - 4.1.2.1 - A Autarquia se reserva no direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.
 - 4.1.2.2 - Em caso de não aceitação dos itens objeto deste Pregão, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e substituí-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Hospital, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções estabelecidas pela legislação vigente.
 - 4.1.2.3 - **O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.**

4.1.3 - Caberá à licitante vencedora realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, com todo empenho e dedicação necessários, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução, obrigando-se ainda a:

4.1.3.1 - Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;

4.1.3.2 - Submeter-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Edital.

4.1.4 - Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

4.1.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da ARP/Contrato, conforme estabelece o art. 124, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, se for o caso.

4.1.6 - Emitir Nota Fiscal para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE.

4.1.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da (s) CONTRATADA (s), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados ao Diretor Presidente da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da ocorrência, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.

4.1.8 - Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP/Contrato, isentando a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí de qualquer responsabilidade.

4.1.9 - Manter-se, durante a execução da ARP/Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.10 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

4.1.11 - Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação.

4.1.12 - Fornecer o produto em conformidade com este Termo de Referência, mediante a emissão de Ordem de Compra.

4.1.13 - Acusar o recebimento da Ordem de Compra, considerando que o prazo de entrega do produto será computado a partir da data do envio do documento através de e-mail constante no banco de dados do Setor de Compras.

4.1.14 - No caso de cancelamento de itens, a detentora da Ata, deverá encaminhar ao Setor de Compras a documentação formal comprobatória, se for o caso.

4.1.15 - Em hipótese alguma serão deferidas as solicitações de substituições, trocas de marca, reajustes e cancelamentos referentes a ordens de compra já enviadas às empresas.

4.1.15.1 - Os pedidos de reajustes devem ser enviados através do e-mail comprashospitalsantana@gmail.com ou alternativamente serem entregues no Setor de Compras localizado na Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº. 250, CEP: 36.284-097, Rosário, Carandaí/MG, no horário de 08h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h30min, sob pena de não conhecimento do pedido e consequente fornecimento dos produtos até o envio de forma correta.

4.1.15.2 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não se responsabilizará por pedidos de reajustes endereçados por outras formas ou a outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Setor de Compras.

4.1.16 - A entrega do produto deverá ser efetuada de forma global correspondente aos quantitativos da ordem de compra, exceto em caráter excepcional, quando devidamente justificado e autorizado pelo setor responsável.

4.1.17 - O Setor Requisitante reserva-se o direito de não aceitar o produto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, inclusive os cancelamentos, e substituições de marca, podendo cancelar a contratação.

4.2 - Das obrigações complementares da Empresa Vencedora:

4.2.1 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

4.2.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Setor Requisitante.

4.2.3 - Arcar com eventuais prejuízos causados a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste Pregão.

4.2.4 - Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do licitante vencedor.

4.2.5 - Responsabilizar-se pela carga e descarga dos produtos.

4.2.6 - Constar na Nota Fiscal dados bancários, número da ordem de compra bem como do empenho e considerar razão social da AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAI.

4.2.7 - Em caso de não aceitação, quando do recebimento provisório dos produtos objeto deste Pregão, fica o Licitante obrigado a substituir os produtos, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante.

4.2.8 - Garantir o fornecimento e a prestação dos serviços de acordo com as normas específicas vigentes, sem interrupção, substituindo, sem ônus para a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, a ausência de qualquer serviço, independentemente do motivo.

4.2.9 - Em casos excepcionais de falta de algum material e/ou insumo constante na Ordem de Compra emitida, a empresa deverá efetivar a remessa dos demais, justificando fundamentadamente os motivos da falta.

4.2.10 - Os insumos deverão estar de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou ainda por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), conforme disposto no inciso VIII, do art. 39 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), se for o caso.

4.2.11 - Os itens objeto dessa licitação deverão possuir informativo com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, se for o caso.

4.2.12 - Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante, indicando representante para manter contato com a Contratante para o esclarecimento de dúvidas.

4.2.13 - Fornecer números telefônicos ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Autarquia com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional.

4.2.14 - Entregar o objeto constante da ARP/Contrato dentro das condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes na Especificação Técnica, Edital, Ata de Registro de Preços e anexos.

4.2.15 - Cumprir os prazos previstos na ARP/Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante.

4.2.16 - Executar o cumprimento do contrato com pessoal habilitado, instruindo seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com urbanidade e respeito.

4.2.17 - A Contratada deverá cumprir o contrato dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, trocando tudo quanto for impugnado pela Fiscalização, em razão do serviço oferecido.

4.2.18 - A Contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal da ARP.

4.2.19 - Os itens deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

4.2.19.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.2.20 - A empresa vencedora será responsável pela garantia dos itens, na quantidade, especificação e local determinados na Ordem de Compras, de modo que atenda plenamente, às normas técnicas de fabricação, estoque, embalagem e transporte, preservando também, sempre, no que couber, as normas da ABNT, do INMETRO e as Normas Regulamentadoras previstas na Portaria nº 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a não causar quaisquer prejuízos à Administração Pública, se for o caso.

4.2.21 - Realizar a entrega dos itens, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, com selo/estampa do INMETRO, sempre que for o caso.

4.2.22 - Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a autarquia por meio de seu representante legal, reduzirá a termos os fatos ocorridos e tomará as providências legais pertinentes.

4.2.23 - A empresa vencedora será responsável pela: entrega dos produtos conforme necessidade, pela identificação dos itens, transporte (inclusive frete), documentação técnica, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

4.2.24 - Garantir a boa qualidade do (s) item (s) fornecido (s), mesmo após o vencimento da Ata de Registro de Preços, respondendo por vícios que porventura não possam ser constatados quando do recebimento.

4.2.25 - Substituir, após solicitação, ou propor a substituição da (s) marca (s) do (s) produto (s) utilizado (s), mantendo no mínimo o (s) padrão (ões) fixado (s), sempre que for comprovado que a qualidade da (s) marca (s) atual (is) não atende(m) mais às especificações exigidas ou se encontra (m) fora da legislação aplicável, quando for o caso.

4.2.26 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

4.2.27 - Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

4.2.28 - Responder, integralmente, pelos danos causados ao hospital ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do hospital e participantes.

4.2.29 - Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 02 (dois) dias úteis da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à ARP/Contrato.

4.2.30 - A Contratada deverá prestar o objeto da presente licitação dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, executando todos os serviços com esmero e perfeição, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização.

4.2.31 - **Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender este Hospital, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente.**

CLÁUSULA 5ª - DA VIGÊNCIA

5.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Servidor Requisitante ou a Servidor devidamente designado pela Direção da Autarquia, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos itens registrados;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos objetos desta aquisição, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

6.2 - As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Autarquia, assim como serem utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

6.3 - O servidor ficará a cargo de realizar pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

CLÁUSULA 7ª - DO RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - **Será responsável pela conferência dos itens o Setor Requisitante**, que deverá atestar os mesmos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais para as providências de pagamento, realizando para tanto, as seguintes funções:

7.1.1 - Elaborar o plano de fiscalização da ARP em conformidade com o mapa de riscos relacionado à fiscalização da ARP;

7.1.2 - Analisar a conformidade dos itens entregues em relação aos critérios e condições estabelecidos na APR e registrar as análises em lista de verificações construída a partir do plano de fiscalização da ARP;

7.1.3 - Avaliar a qualidade dos itens entregues, com auxílio de listas de verificações e questionários de avaliações construídas a partir do plano de fiscalização da ARP;

7.1.4 - Comunicar-se com o preposto da Contratada, ou com a Contratada, para corrigir eventuais falhas na execução do objeto;

7.1.5 - Acompanhar a correção e a readequação das faltas cometidas pela Contratada quanto ao objeto da APR e comunicar situações que exijam notificação da Contratada;

7.1.6 - Encaminhar os registros que comprovam a fiscalização, com destaque para eventuais problemas encontrados, providências adotadas e problemas não corrigidos;

7.1.7 - Atestar as faturas;

7.1.8 - Elaborar relatório final da fiscalização da ARP, relatório esse que consolidará os registros e relatórios parciais de acompanhamento da execução da ARP;

7.1.9 - Observar, durante a vigência da contratação sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

7.1.10 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA 8ª- DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇO:

8.1 - Reequilíbrio econômico-financeiro:

8.1.1 - O Contrato/ARP decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

8.1.2 - O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato/ARP, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

8.1.2.1 - Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

8.1.2.2 - Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

8.1.3 - Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.

8.1.4 - Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores à decisão final da Autoridade Competente.

8.1.5 - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento.

8.1.6 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

8.1.7 - Independentemente da solicitação, o Órgão Gerenciador poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação.

8.1.8 - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo à Autarquia a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.1.9 - Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Autarquia e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência.

8.1.10 - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

8.1.11 - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Autarquia deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

8.2 - Reajuste de Preço:

8.2.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

8.2.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.2.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.2.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.2.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.2.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.2.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1 - O REGISTRO DO FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:

9.1.1 - Pela Autarquia, quando:

a) O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

- b)** O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- c)** O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 137 e incisos da Lei Nacional nº14.133/2021;
- d)** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e)** Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso VIII, art. 137 e incisos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

9.1.2 - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

9.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3 - A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no Subitem 9.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento ou por e-mail cadastrado na proposta.

9.4 - No caso de o FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

9.5 - A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do Registro de Preços, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado à Autarquia a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA 10ª - DAS PENALIDADES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5 - Fraudar a licitação.

10.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

10.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei Nacional nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - Advertência;

10.2.2 - Multa;

10.2.3 - Impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

10.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (sete dias úteis, a contar da comunicação oficial).

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1., 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2023.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1 - Os itens referentes ao objeto deste pregão serão entregues em perfeitas condições, recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido no Termo de Referência, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no fornecimento definitivo.

11.1.1 - Os Licitantes deverão se atentar para todas as especificações de cada item. Caso no ato da entrega o item esteja apresentando divergência do que foi licitado, a entrega será recusada.

11.2 - A Autarquia se reserva o direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

11.3 - Em caso de não aceitação, quando da entrega provisória dos itens, fica o Licitante obrigado a substituir os itens, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas no Termo de Referência e administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 14.133 e suas alterações.

11.4 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

11.5 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não aceitará qualquer entrega em atraso, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à empresa vencedora efetuar as substituições necessárias no prazo determinado, sob pena de aplicação das sanções legais e/ou rescisão contratual.

11.6 - A entrega dos itens objeto desta licitação **será no local e horário designado no subitem 11.7 ou no constante na Ordem de Compra** que será feita pelo Setor Responsável e obedecerá ao seguinte trâmite:

11.6.1 - O Setor Responsável, de posse dos documentos apresentados pelo Detentor, verificará a entrega dos itens provisoriamente para verificação de especificações, quantidades, marcas, preços, prazos e outras informações pertinentes.

11.6.2 - Os itens entregues com irregularidade, em desacordo com as normas previstas neste edital ou fora dos padrões determinados serão devolvidos em até 2 (dois) dias úteis, devendo ser substituídos em até 2 (dois) dias úteis.

11.6.3 - A não substituição dos itens em que se tenha verificado irregularidade após o decurso do prazo previsto no subitem 9.6.2 acarretará o não recebimento definitivo dos mesmos, além da aplicação das penalidades previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

11.6.4 - Em caso de irregularidade não sanada pelo Detentor, a responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Coordenação de Compras para providências de penalização.

11.6.5 - O item que estiver de acordo com as especificações, quantidades, marcas, preços e prazos estabelecidos, será aprovado e recebido definitivamente, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

11.6.6 - **Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento de objeto diverso do licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na Especificação Técnica, no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.**

11.7 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.

11.7.1 - A Autarquia se reserva no direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

11.7.2 - Em caso de não aceitação dos itens objeto deste Pregão, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e substituí-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Hospital, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções estabelecidas pela legislação vigente.

11.7.3 - **O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.**

11.8 - Quanto da entrega dos itens fica com responsabilidade da licitante vencedora despesas, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que

não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

CLÁUSULA 12ª - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

12.1 - O objeto do presente Edital será fornecido pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

12.2 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a apresentação de nota fiscal acompanhada das correspondentes requisições.

12.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.1 - As notas fiscais emitidas deverão conter, além das informações já exigidas, o destaque da retenção de imposto de renda de acordo com as disposições da IN RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e as alíquotas do Decreto Municipal nº 6447/2023.

12.3.2 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive fornecimento de bens e prestação de serviços.

12.3.3 - O valor do imposto sobre a renda retido será considerado como mera antecipação do que for devido pelo contratado à União.

12.4 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.5 - A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.6 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o serviço estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, inclusive devendo discriminar as retenções e respectivas bases de incidência referente a INSS e ISSQN na execução contratual, na forma da legislação aplicável.

12.6.1 - Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e Instrumento Contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

12.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.8 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

12.9 - No ato de assinatura da ARP, a empresa vencedora deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

12.10 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da empresa vencedora.

12.11 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA 13ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - O Registro de Preços independente de dotação orçamentária.

CLÁUSULA 14ª - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Não obstante ao fato de a empresa vencedora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos itens objeto desta licitação, a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos itens em execução.

CLÁUSULA 15ª - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O Contratante promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA 16ª - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:

16.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 - A Autarquia deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos

realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA 17ª - DA RESCISÃO

17.1 - A ata de registro de preços poderá ser rescindida na ocorrência dos motivos previstos na Lei Nacional nº 14.133/2021 e pelo Contratante, na defesa do interesse público, sem que deste ato resulte indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA 18ª - DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 19ª - CONDIÇÕES GERAIS

19.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital 021/2024 do Pregão Eletrônico nº 017/2024.

19.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado desta Ata de Registro de Preços.

19.3 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 82, § 5º, inciso VI, da Lei 14.133, de 2021.

19.4 - O modelo de gestão do contrato e a forma de recebimento do objeto encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital 021/2024 do Pregão Eletrônico nº 017/2024.

19.5 - Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

CLÁUSULA 20ª - DO FORO

20.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Carandaí - MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução da presente Ata.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



Carandaí/MG, _____ de _____ de 2024.

AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAI
ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO

EMPRESA VENCEDORA

Testemunhas: _____
CPF: _____

Testemunhas: _____
CPF: _____



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAÍ E A EMPRESA _____, PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO CIVIL, ELÉTRICA E HIDRÁULICA DA AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAÍ.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

TIPO: MENOR PREÇO

Aos ----- dias do mês de ----- do ano de dois mil e vinte e quatro, a Autarquia **Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 19.558.782/0001-07, com sede na Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí – MG, CEP 36.284-097, neste ato representado pelo Diretor Presidente, Sr. **José Carlos Teixeira Junior**, nomeado nos termos do Decreto nº 6599/2024 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2024, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE CONTRATAR a empresa _____ CNPJ _____, estabelecida na Rua/Av. _____ nº _____, CEP _____ Bairro _____, na cidade de _____ – Estado de _____, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, brasileiro(a) _____, portador do RG. _____ SSP/____ e CPF/MF nº _____, doravante denominada

simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato, o qual se regerá pelas disposições da Lei Nacional nº 14.133/2021 e pelo Edital, Anexos e Ata de Registro de Preços vinculada aos autos do Pregão Eletrônico nº 017/2024, autorizado pelo Processo de Licitação nº 021/2024, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de Materiais de Construção diversos e Materiais para Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí**, conforme delineado no Anexo I do Edital do Processo Licitação nº **021/2024**, modalidade Pregão Eletrônico nº **017/2024**.

1.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 - O Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2024;

1.2.2 - A Ata de Registro de Preços nº ____/2024; e

1.2.3 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço, as especificações do objeto, a quantidade (conforme saldo identificada da Ata de Registro de Preços nº ____/2024), e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 São obrigações do Contratante:

- 3.1.1 - Atestar nas notas fiscais/ faturas o efetivo fornecimento dos itens, objeto desta licitação.
- 3.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso.
- 3.1.3 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da ARP/Contrato.
- 3.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
- 3.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 3.1.6 - Notificar à Contratada, por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução da ARP/Contrato, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.
- 3.1.7 - Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.
- 3.1.8 - Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 3.1.9 - Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela Contratada a respeito dos itens a serem adquiridos.
- 3.1.10 - Realizar as revisões de preços periodicamente e solicitar substituições de marcas sempre que necessário.
- 3.1.11 - Conferir todos os itens no momento da entrega, juntamente com a ordem de fornecimento e nota fiscal de simples remessa apresentada, e dar recebimento provisório dos mesmos.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - São obrigações da Contratada:

- 4.1.1 - Efetuar as entregas do objeto do Edital conforme as solicitações.
- 4.1.2 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.
 - 4.1.2.1 - A Autarquia se reserva no direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.
 - 4.1.2.2 - Em caso de não aceitação dos itens objeto deste Pregão, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e substituí-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Hospital, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções estabelecidas pela legislação vigente.
 - 4.1.2.3 - **O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.**
 - 4.1.3 - Caberá à licitante vencedora realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, com todo empenho e dedicação necessários, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução, obrigando-se ainda a:

4.1.3.1 - Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato;

4.1.3.2 - Submeter-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Edital.

4.1.4 - Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

4.1.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da ARP/Contrato, conforme estabelece o art. 124, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, se for o caso.

4.1.6 - Emitir Nota Fiscal para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE.

4.1.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da (s) CONTRATADA (s), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados ao Diretor Presidente da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da ocorrência, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.

4.1.8 - Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP/Contrato, isentando a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí de qualquer responsabilidade.

4.1.9 - Manter-se, durante a execução da ARP/Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.10 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

4.1.11 - Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação.

4.1.12 - Fornecer o produto em conformidade com este Termo de Referência, mediante a emissão de Ordem de Compra.

4.1.13 - Acusar o recebimento da Ordem de Compra, considerando que o prazo de entrega do produto será computado a partir da data do envio do documento através de e-mail constante no banco de dados do Setor de Compras.

4.1.14 - No caso de substituição de marcas do produto (objeto do certame), a detentora da Ata deverá encaminhar ao Setor de Compras a documentação formal comprobatória quanto à suspensão ou descontinuidade do produto pelo fabricante, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Registro na ANVISA do produto a ser substituído, para envio do referido documento aos setores pertinentes para possível aprovação, mediante a autenticação das informações no site da ANVISA, se for o caso;

4.1.15 - No caso de cancelamento de itens, a detentora da Ata, deverá encaminhar ao Setor de Compras a documentação formal comprobatória, se for o caso.

4.1.16 - Em hipótese alguma serão deferidas as solicitações de substituições, trocas de marca, reajustes e cancelamentos referentes a ordens de compra já enviadas às empresas.

4.1.16.1 - Os pedidos de reajustes devem ser enviados através do e-mail comprashospitalsantana@gmail.com ou alternativamente serem entregues no Setor de Compras localizado na Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº. 250, CEP: 36.284-097, Rosário, Carandaí/MG, no horário de 08h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h30min, sob pena de não conhecimento do pedido e consequente fornecimento dos produtos até o envio de forma correta.

4.1.16.2 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não se responsabilizará por pedidos de reajustes endereçados por outras formas ou a outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Setor de Compras.

4.1.17 - A entrega do produto deverá ser efetuada de forma global correspondente aos quantitativos da ordem de compra, exceto em caráter excepcional, quando devidamente justificado e autorizado pelo setor responsável.

4.1.18 - O Setor Requisitante reserva-se o direito de não aceitar o produto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, inclusive os cancelamentos, e substituições de marca, podendo cancelar a contratação.

4.2 - Das obrigações complementares da Empresa Vencedora:

4.2.1 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

4.2.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Setor Requisitante.

4.2.3 - Arcar com eventuais prejuízos causados a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste Pregão.

4.2.4 - Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do licitante vencedor.

4.2.5 - Responsabilizar-se pela carga e descarga dos produtos.

4.2.6 - Constar na Nota Fiscal dados bancários, número da ordem de compra bem como do empenho e considerar razão social da AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAI.

4.2.7 - Em caso de não aceitação, quando do recebimento provisório dos produtos objeto deste Pregão, fica o Licitante obrigado a substituir os produtos, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante.

4.2.8 - Garantir o fornecimento e a prestação dos serviços de acordo com as normas específicas vigentes, sem interrupção, substituindo, sem ônus para a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, a ausência de qualquer serviço, independentemente do motivo.

4.2.9 - Em casos excepcionais de falta de algum material e/ou insumo constante na Ordem de Compra emitida, a empresa deverá efetivar a remessa dos demais, justificando fundamentadamente os motivos da falta.

4.2.10 - Os insumos deverão estar de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou ainda por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), conforme disposto no inciso VIII, do art. 39 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), se for o caso.

4.2.11 - Os itens objeto dessa licitação deverão possuir informativo com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, se for o caso.

4.2.12 - Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante, indicando representante para manter contato com a Contratante para o esclarecimento de dúvidas.

4.2.13 - Fornecer números telefônicos ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Autarquia com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional.

4.2.14 - Entregar o objeto constante da ARP/Contrato dentro das condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes na Especificação Técnica, Edital, Ata de Registro de Preços e anexos.

4.2.15 - Cumprir os prazos previstos na ARP/Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante.



4.2.16 - Executar o cumprimento do contrato com pessoal habilitado, instruindo seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com urbanidade e respeito.

4.2.17 - A Contratada deverá cumprir o contrato dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, trocando tudo quanto for impugnado pela Fiscalização, em razão do serviço oferecido.

4.2.18 - A Contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal da ARP.

4.2.19 - Os itens deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

4.2.19.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.2.20 - A empresa vencedora será responsável pela garantia dos itens, na quantidade, especificação e local determinados na Ordem de Compras, de modo que atenda plenamente, às normas técnicas de fabricação, estoque, embalagem e transporte, preservando também, sempre, no que couber, as normas da ABNT, do INMETRO e as Normas Regulamentadoras previstas na Portaria nº 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a não causar quaisquer prejuízos à Administração Pública, se for o caso.

4.2.21 - Realizar a entrega dos itens, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, com selo/estampa do INMETRO, sempre que for o caso.

4.2.22 - Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a autarquia por meio de seu representante legal, reduzirá a termos os fatos ocorridos e tomará as providências legais pertinentes.

4.2.22.1 - Independente de declaração, ao participar do certame a empresa vencedora se responsabilizará pela troca de produtos dentro do prazo de validade que em condições normais de estocagem se deteriorem ou percam suas características físico-químicas e/ou organolépticas.

4.2.23 - Os produtos a serem entregues devem estar em suas embalagens primárias originais, e em embalagens secundárias quando for o caso, devidamente identificadas contendo todas as informações pertinentes conforme legislação vigente (identificação do fabricante, lote e quantidade).

4.2.24 - A empresa vencedora será responsável pela: entrega dos produtos conforme necessidade, pela identificação dos itens, transporte (inclusive frete), documentação técnica, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

4.2.25 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

4.2.26 - Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

4.2.27 - Responder, integralmente, pelos danos causados ao hospital ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do hospital e participantes.

4.2.28 - Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 02 (dois) dias úteis da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à ARP/Contrato.



4.2.29 - A Contratada deverá prestar o objeto da presente licitação dentro de elevados padrões, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, executando todos os serviços com esmero e perfeição, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização.

4.2.30 - **Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender este Hospital, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente.**

CLÁUSULA 5ª - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do CONTRATO será pelo período de _____, admitindo a sua prorrogação nos termos da legislação pertinente, a contar da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Carandaí, no endereço eletrônico www.carandai.mg.gov.br.

CLÁUSULA 6ª - DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

6.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Servidor Requisitante ou a Servidor devidamente designado pela Direção da Autarquia, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos itens registrados;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos objetos desta aquisição, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

6.2 - As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Autarquia, assim como serem utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

6.3 - O servidor ficará a cargo de realizar pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

CLÁUSULA 7ª - DO RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

7.1 - **Será responsável pela conferência dos itens o Setor Requisitante**, que deverá atestar os mesmos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais para as providências de pagamento, realizando para tanto, as seguintes funções:

7.1.1 - Elaborar o plano de fiscalização do Contrato em conformidade com o mapa de riscos relacionado à fiscalização do Contrato;

7.1.2 - Analisar a conformidade dos itens entregues em relação aos critérios e condições estabelecidos no Contrato e registrar as análises em lista de verificações construída a partir do plano de fiscalização da Contrato;

7.1.3 - Avaliar a qualidade dos itens entregues, com auxílio de listas de verificações e questionários de avaliações construídas a partir do plano de fiscalização do Contrato;

7.1.4 - Comunicar-se com o preposto da Contratada, ou com a Contratada, para corrigir eventuais falhas na execução do objeto;

7.1.5 - Acompanhar a correção e a readequação das faltas cometidas pela Contratada quanto ao objeto do Contrato e comunicar situações que exijam notificação da Contratada;

7.1.6 - Encaminhar os registros que comprovam a fiscalização, com destaque para eventuais problemas encontrados, providências adotadas e problemas não corrigidos;

7.1.7 - Atestar as faturas;

7.1.8 - Elaborar relatório final da fiscalização do Contrato, relatório esse que consolidará os registros e relatórios parciais de acompanhamento da execução do Contrato;

7.1.9 - Observar, durante a vigência da contratação sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

7.1.10 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA 8ª- DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇO:

8.1 - Reequilíbrio econômico-financeiro:

8.1.1 - O Contrato/ARP decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

8.1.2 - O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato/ARP, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

8.1.2.1 - Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

8.1.2.2 - Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

8.1.3 - Para solicitar o reequilíbrio não poderá haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.

8.1.4 - Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados e solicitados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores à decisão final da Autoridade Competente.

8.1.5 - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do fornecimento.

8.1.6 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

8.1.7 - Independentemente da solicitação, o Órgão Gerenciador poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação.

8.1.8 - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo à Autarquia a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.1.9 - Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Autarquia e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste Termo de Referência.

8.1.10 - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

8.1.11 - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Autarquia deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

8.2 - Reajuste de Preço:

8.2.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

8.2.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.2.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.2.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.2.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.2.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.2.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

9.1 - O CONTRATO poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:

9.1.1 - Pela Autarquia, quando:

- a)** O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou no Contrato;
- b)** O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- c)** O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 137 e incisos da Lei Nacional nº14.133/2021;
- d)** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e)** Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso VIII, art. 137 e incisos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

9.1.2 Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

9.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3 - A comunicação do cancelamento do contrato, nos casos previstos no Subitem 9.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento ou por e-mail cadastrado na proposta.

9.4 - No caso de o FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, considerando-se cancelado o contrato a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

9.5 - A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do Contrato, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado à Autarquia a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA 10ª - DAS PENALIDADES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5 - Fraudar a licitação.

10.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento; e,

10.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



10.2 - Com fulcro na Lei Nacional nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - Advertência;

10.2.2 - Multa;

10.2.3 - Impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

10.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (sete dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1., 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2023.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por

comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1 - Os itens referentes ao objeto deste pregão serão entregues em perfeitas condições, recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido no Termo de Referência, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no fornecimento definitivo.

11.1.1 - Os Licitantes deverão se atentar para todas as especificações de cada item. Caso no ato da entrega o item esteja apresentando divergência do que foi licitado, a entrega será recusada.

11.2 - A Autarquia se reserva o direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

11.3 - Em caso de não aceitação, quando da entrega provisória dos itens, fica o Licitante obrigado a substituir os itens, sem custo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Setor Requisitante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas no Termo de Referência e administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 14.133 e suas alterações.

11.4 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

11.5 - A Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí não aceitará qualquer entrega em atraso, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à empresa vencedora efetuar as substituições necessárias no prazo determinado, sob pena de aplicação das sanções legais e/ou rescisão contratual.

11.6 - A entrega dos itens objeto desta licitação **será no local e horário designado no subitem 11.7 ou no constante na Ordem de Compra** que será feita pelo Setor Responsável e obedecerá ao seguinte trâmite:

11.6.1 - O Setor Responsável, de posse dos documentos apresentados pelo Detentor, verificará a entrega dos itens provisoriamente para verificação de especificações, quantidades, marcas, preços, prazos e outras informações pertinentes.

11.6.2 - Os itens entregues com irregularidade, em desacordo com as normas previstas neste edital ou fora dos padrões determinados serão devolvidos em até 2 (dois) dias úteis, devendo ser substituídos em até 2 (dois) dias úteis.

11.6.3 - A não substituição dos itens em que se tenha verificado irregularidade após o decurso do prazo previsto no subitem 11.6.2 acarretará o não recebimento definitivo dos mesmos, além da aplicação das penalidades previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

11.6.4 - Em caso de irregularidade não sanada pelo Detentor, a responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Coordenação de Compras para providências de penalização.

11.6.5 - O item que estiver de acordo com as especificações, quantidades, marcas, preços e prazos estabelecidos, será aprovado e recebido definitivamente, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

11.6.6 - Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento de objeto diverso do licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na Especificação Técnica, no Edital e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

11.7 - Os itens deverão ser entregues nas dependências do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, situado a Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 250, Rosário, Carandaí/MG, CEP: 36.284-097, com acesso pela Rua Professor Ludgero Baeta Neves, S/N, no prazo máximo **de 10 (dez) dias corridos**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, ou em horário excepcional a ser combinado previamente com a Direção, prazo este que será iniciado após a emissão da Ordem de Compra e serão recebidos conforme reza o art. 140, II, alínea "a" e "b" da Lei 14.133/2021.

11.7.1 - A Autarquia se reserva no direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação posterior de irregularidade no objeto.

11.7.2 - Em caso de não aceitação dos itens objeto deste Pregão, fica o fornecedor obrigado a retirá-los e substituí-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pelo Hospital, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções estabelecidas pela legislação vigente.

11.7.3 - O atraso na entrega do produto superior a 03 (três) dias úteis será considerado inexecução contratual, estando a empresa vencedora sujeita às penalidades constantes da ARP/Contrato.

11.8 - Quanto da entrega dos itens fica com responsabilidade da licitante vencedora despesas, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência.

CLÁUSULA 12ª - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

12.1 - O objeto do presente Edital será fornecido pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

12.2 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a apresentação de nota fiscal acompanhada das correspondentes requisições.

12.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.1 - As notas fiscais emitidas deverão conter, além das informações já exigidas, o destaque da retenção de imposto de renda de acordo com as disposições da IN RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e as alíquotas do Decreto Municipal nº 6447/2023.

12.3.2 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive fornecimento de bens e prestação de serviços.

12.3.3 - O valor do imposto sobre a renda retido será considerado como mera antecipação do que for devido pelo contratado à União.

12.4 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento

ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.5 - A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.6 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o serviço estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, inclusive devendo discriminar as retenções e respectivas bases de incidência referente a INSS e ISSQN na execução contratual, na forma da legislação aplicável.

12.6.1 - Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e Instrumento Contratual ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

12.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.8 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

12.9 - No ato de assinatura da CONTRATO, a empresa vencedora deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

12.10 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da empresa vencedora.

12.11 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA 13ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada sob a rubrica:
_____.

CLÁUSULA 14ª - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Não obstante o fato de a empresa vencedora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos itens objeto desta licitação, a Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos itens em execução.

CLÁUSULA 15ª - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O Contratante promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA 16ª - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:

16.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



16.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 - A Autarquia deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA 17ª - DA RESCISÃO

17.1 - A ata de registro de preços poderá ser rescindida na ocorrência dos motivos previstos na Lei Nacional nº 14.133/2021 e pelo Contratante, na defesa do interesse público, sem que deste ato resulte indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA 18ª - DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 19ª - CONDIÇÕES GERAIS

19.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital 021/2024 do Pregão Eletrônico nº 017/2024.

19.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado desta Ata de Registro de Preços.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



19.3 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 82, § 5º, inciso VI, da Lei 14.133, de 2021.

19.4 - O modelo de gestão do contrato e a forma de recebimento do objeto encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital 021/2024 do Pregão Eletrônico nº 017/2024.

19.5 - Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

CLÁUSULA 20ª - DO FORO

20.1 As partes elegem o foro da Comarca de Carandaí - MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução da presente Ata.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Carandaí/MG, _____ de _____ de 2024.

AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAI
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____
CPF: _____

Testemunhas: _____
CPF: _____



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. PROPONENTE

Empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	Fax:	
E-mail:		
Sócio Proprietário:		
CPF:	RG:	
Número e Modalidade de Licitação:		

2. VALOR PROPOSTO PARA O FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Exclusivo para ME?

OBS: seguir a tabela de itens descrita no Anexo I – Termo de Referência.

VALOR DO TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso): (no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título).

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As contidas na Ata de Registro de Preço que integra o Anexo II, do Pregão supramencionado.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no Edital.

5. DAS DECLARAÇÕES

- ❖ Declaro que nos valores propostos estão abrangidos todos os tributos (impostos, taxas, frete, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada no contrato.
- ❖ Declaro ainda que não há relação de natureza trabalhista, não gerando nenhum vínculo empregatício entre a Contratante e Contratada, sendo um contrato de prestação de serviços por prazo determinado.
- ❖ Declaramos que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA e da legislação aplicável ao caso, incluindo todas as licenças e autorizações necessárias.



Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí

CNPJ - 19.558.782/0001-07



- ❖ Declaro também que tenho ciência que cumpro os requisitos e condições para contratação e que estou vinculada à presente proposta, caso seja vencedora do Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Proponente

Nome:

Nº do RG:



ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, telefone () _____ e e-mail: _____, através de seu representante abaixo assinado, para fins de participação no Pregão nº 017/2024 em sua forma ELETRÔNICA - Processo de Contratação nº 021/2024, **DECLARA:**

1 - Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

2 - Declara para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

3 - Declara não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4 - Declara que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5 - Declara que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Nacional nº 14.133/2021. (este item é somente para licitante organizado em cooperativa).

6 - Declara que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Nacional nº 14.133/2021. (este item é somente para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa).

7 - Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8 - Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes a este pregão.

9 - Declara que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado e empresa pública ou de sociedade de economia mista.

10 - Declara, para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação; e

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí antes da abertura oficial das propostas.

11 - Declara que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração unificada e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome do representante e assinatura/Nome da empresa